

Jéssica Carolina Delgado Corvo

**Parentalidade positiva e a prevenção de condutas de risco em adolescentes: o papel  
do Criminólogo**

Universidade Fernando Pessoa  
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

Porto, 2015



Jéssica Carolina Delgado Corvo

**Parentalidade positiva e a prevenção de condutas de risco em adolescentes: o papel  
do Criminólogo**

Universidade Fernando Pessoa  
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

Porto, 2015

Jéssica Carolina Delgado Corvo

**Parentalidade positiva e a prevenção de condutas de risco em adolescentes: o papel  
do Criminólogo**

---

(Jéssica Carolina Delgado Corvo)

Trabalho apresentado à Universidade Fernando Pessoa como parte dos requisitos para obtenção do grau de Licenciada em Criminologia sob a orientação do Prof. Doutor Pedro Cunha.

## **Resumo**

A parentalidade positiva integra o conjunto de funções atribuídas aos pais para educarem os filhos baseadas no melhor interesse da criança e no desenvolvimento de um relacionamento positivo.

Os pais procuram, acima de tudo, proporcionar o melhor para os seus filhos, no entanto, por diversos fatores, transformações e diversas fontes de tensão que a sociedade vai exigindo, estes por vezes acabam por se centrar mais propriamente nas necessidades da própria sociedade do que nas dos seus próprios filhos.

A ausência de uma parentalidade positiva é, portanto, reconhecida como uma das principais causas do desenvolvimento de condutas de risco nos adolescentes.

O objetivo deste estudo é conhecer melhor o fenómeno da parentalidade positiva e a sua relação com o desenvolvimento de condutas de risco em adolescentes, apostando em estratégias de intervenção, de modo a realizar uma prevenção mais eficaz.

Para tal procedeu-se à elaboração de uma revisão bibliográfica, propondo-se a realização de um estudo recorrendo a um inquérito por questionário junto de três grupos de pais que integram um programa de competências parentais promovido pela Associação de Solidariedade Social Mouta Azenha Nova.

O papel do Criminólogo é fundamental neste fenómeno, não apenas ao nível da sua prevenção como também no investimento de programas que procurem o esclarecimento de competências parentais adequadas, de forma a contribuir positivamente para um adequado desenvolvimento dos adolescentes.

**Palavras-Chave:** Parentalidade positiva; Adolescentes; Condutas de risco.

## **Abstract**

Positive parenting integrates a set of rules, assigned to parents when educating their children, based on child's best interests and in developing a positive relationship.

Above all, parents try to provide the best for their children. However, due to society pressure and transformation, parents tend to focus on society needs rather than their own children's.

The absence of a positive parenting is recognised as one of the biggest causes of risky behaviours within teenagers.

This research intends to better understand how positive parenting is related to the development of risky behaviours within teenagers, focusing on intervention strategies, in order to achieve a more effective prevention.

To do that, a bibliographic review was elaborated, proposing a research using a questionnaire to three groups of parents, which integrate a parenting skills program sponsored by Associação de Solidariedade Social Mouta Azenha Nova.

Criminologist role is crucial, not only to prevent but also to invest in positive parenting clarification programs, in order to contribute positively to a proper development of children.

**Keywords:** Positive parenting; Teens; Risk conducts.

## **Dedicatórias**

**Aos meus pais,**

*“Se um dia, já homem feito e realizado, sentires que a terra cede a teus pés, que tuas obras desmoronam, que não há ninguém à tua volta para te estender a mão, esquece a tua maturidade, passa pela tua mocidade, volta à tua infância e balbúcia, entre lágrimas e esperanças, as últimas palavras que sempre te restarão na alma: MINHA MÃE, MEU PAI”.*

(Rui Barbosa)

## **Agradecimentos**

A jornada foi árdua e difícil, o desânimo tentou várias vezes apoderar-se. Entretanto, a conclusão desta etapa muito se deve aos meus pais que sempre acompanharam todos os passos da minha vida, sempre acreditaram no meu valor, sempre me apoiaram e fizeram de tudo para me proporcionar a melhor educação possível. A pessoa que hoje sou é a eles que devo pois cresci numa família extraordinária, humilde e cheia de valores morais e foi sem dúvida isso que me ajudou a tornar a mulher que hoje sou. Sem eles a concretização deste sonho não teria sido possível, por isso, pai e mãe obrigada por tudo, obrigada por serem vocês os meus pais.

Ao meu irmão sempre brincalhão, que eu tanto adoro, porque ter crescido com ele na minha vida faz de mim a pessoa mais feliz do mundo. Todos os momentos fantásticos, alegrias e brincadeiras que já me deu e com certeza continuará a dar. Porque é aquela pessoa sem a qual a minha vida não faria qualquer sentido.

Aos meus avôs, que sempre fizeram de tudo para que tivesse todas as condições para vencer esta etapa e concretizar todos os meus sonhos.

Ao Tiago, por todo o carinho e apoio ao longo destes três anos, principalmente nos momentos mais árdusos.

Ao Professor Doutor Pedro Cunha, pela sua orientação no Estágio e Projeto de Graduação e por todo o apoio e disponibilidade, o meu sincero obrigado.

A todos os docentes do curso de Criminologia, por todos os ensinamentos transmitidos que possibilitaram a concretização deste projeto.

A todos o meu muito obrigada!

*“Os filhos não precisam de pais extraordinários, mas de seres humanos que falem a sua linguagem e sejam capazes de penetrar no seu coração”.*

(Augusto Cury)

## **Índice**

<b>Introdução</b> .....	12
-------------------------	----

### **I Capítulo: Componente Teórica**

1. Parentalidade: definição e conceptualização.....	14
2. Promoção da parentalidade positiva.....	17
3. Práticas parentais e o desenvolvimento de condutas de risco em adolescentes.....	22
3.1. Dinâmicas parentais e consequências na adolescência.....	26
4. Fatores que condicionam o desenvolvimento de condutas de risco em adolescentes.....	29
4.1. Fatores de risco.....	29
4.2. Fatores de proteção.....	31
4.3. Fatores de manutenção.....	32
5. Estratégias de intervenção na parentalidade positiva: o papel do Criminólogo.....	33
6. Potencialidades do trabalho de um Criminólogo: desafios e limitações.....	36

### **II Capítulo: Componente Empírica**

1. Justificação do estudo.....	40
2. Objetivo geral e objetivos específicos.....	41
3. Metodologia.....	41
3.1. Amostra.....	42
3.2. Instrumento.....	42
3.3. Procedimentos.....	43
4. Alguns elementos sobre a discussão dos resultados.....	44

<b>Conclusão</b> .....	46
------------------------	----

<b>Referências Bibliográficas</b> .....	49
---	----

## **Índice de Anexos**

Anexos.....55

### Anexo I

Pedido de autorização à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Maia para a realização do estudo.....56

### Anexo II

Pedido de autorização à Associação de Solidariedade Social Mouta Azenha Social Mouta Azenha Nova (ASMAN).....58

### Anexo III

Questionário relativo ao fenómeno da parentalidade e o envolvimento dos adolescentes em condutas de risco.....60

## **Introdução**

O crescente interesse em desenvolver este tema teve início no decorrer do estágio curricular realizado na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Maia, mais concretamente com a realização de uma ação de sensibilização dirigida a grupos de pais integrados num programa de competências parentais promovido pela Associação de Solidariedade Social Mouta Azenha Nova (ASMAN).

O contacto com famílias provenientes de contextos socioculturais peculiares e carenciados, em que muitos dos seus filhos estavam sinalizados por acompanhamento em sede de promoção e proteção, induziu a necessidade de aprofundar um pouco mais a temática da parentalidade positiva.

O envolvimento ativo com estes pais permitiu ter a noção da importância da necessidade de apoio junto de profissionais no que concerne ao desenvolvimento do papel parental. Neste sentido, surgiu a necessidade de construção de uma resposta aos diversos contextos de promoção de uma parentalidade positiva como caminho para a criação de jovens saudáveis e felizes como fator protetor contra o desenvolvimento de condutas de risco.

O exercício de uma parentalidade positiva é uma área que deveria ser mais investida em termos educacionais e sociais, sendo que a literatura científica existente no nosso país é ainda escassa.

Nos dias de hoje, torna-se cada vez mais difícil ser pai e mãe e muitos pais têm demonstrado dificuldade em desenvolver as suas competências e cumprir com as funções parentais colocando diversas vezes em perigo o envolvimento dos seus filhos em condutas de risco.

Apesar de reconhecermos que existem múltiplos fatores que influenciam as vivências dos jovens, destacamos o papel dos pais como uma peça vital para o desenvolvimento da adolescência dos seus filhos.

A relevância deste Projeto de Graduação reside na importância da promoção de uma parentalidade positiva bem como na possibilidade de identificar uma possível relação entre as práticas parentais e o desenvolvimento de condutas de risco nos jovens.

O levantamento dos fatores de risco, dos fatores de proteção e de manutenção permitirá ainda ajudar a clarificar, compreender e vivenciar o fenómeno contribuindo para a delimitação de estratégias de intervenção.

O presente trabalho pretende assim contribuir para uma melhor compreensão da parentalidade, da influência dos pais no comportamento dos filhos bem como para a

importância da necessidade de apoio junto de profissionais, nomeadamente de Criminólogos, no que concerne ao desenvolvimento do papel parental e a prevenção de condutas de risco em filhos adolescentes.

Este Projeto divide-se globalmente em duas partes. A primeira contém a revisão da literatura dos quadros teóricos e dos estudos anteriores realizados em torno deste tema. Inicialmente falar-se-á do conceito de parentalidade, da necessidade e relevância da promoção de uma parentalidade positiva bem como dos fatores de risco, fatores de proteção e manutenção associados ao desenvolvimento de condutas de risco em adolescentes.

Por fim, iremos também abordar as estratégias de intervenção nomeadamente o papel do Criminólogo nesta temática bem como os desafios e limitações do seu trabalho.

Na segunda parte deste Projeto de Graduação, designada por parte empírica, será elaborado um estudo, realizado com recurso ao inquérito por questionário a três grupos de pais (referenciados anteriormente) integrados num programa de competências parentais, de forma a melhor se poder compreender o fenómeno da parentalidade, a sua relação com o desenvolvimento da adolescência dos seus filhos, e a prevenção de condutas de risco nestes jovens.

O Criminólogo possui um papel extremamente importante na compreensão do fenómeno da parentalidade e a prevenção de condutas de risco nos jovens. Através de uma análise mais detalhada sobre o fenómeno ele vai procurar conhecer melhor o problema de modo a conseguir explicar e interpreta-lo da melhor forma. Este possui uma função fundamental ao nível da prevenção, fazendo uma avaliação do risco, identificando desta forma os fatores de risco e proteção, para deste modo avaliar o problema e agir em conformidade quanto a uma possível reincidência.

## **I Capítulo: Componente Teórica**

### **1. Parentalidade: definição e conceptualização**

Segundo Cury (2004), qualquer pessoa pode ter um filho mas nem todos poderão conseguir ser bons pais.

O artigo 27º da Convenção sobre os Direitos da Criança indica que é da responsabilidade parental e de outros cuidadores assegurar, de acordo com as suas competências e capacidades financeiras, as condições de vida necessárias para o desenvolvimento da criança. É neste sentido que se aborda o conceito de “parentalidade” e se desenvolvem estudos e atividades parentais na comunidade científica.

As questões centrais da transição para a parentalidade só na segunda metade do século XX é que se tornaram objeto de estudo privilegiado da Psicologia, das Ciências da Saúde e da Sociologia (Martins, 2013).

A origem do neologismo parentalidade (do latim *parentâle*) surgiu em 1961, quando o psicanalista francês Paul-Claude Racamier propôs um significado mais dinâmico ao termo maternidade. O uso deste termo na comunidade científica é recente, tendo início em países anglófonos, alargando-se rapidamente para outros países (Barroso e Machado, 2010).

Definir “parentalidade” não é tarefa fácil dada a abundância de definições relativas ao conceito que na literatura vigoram. Este conceito teve origem do termo maternidade e/ou paternidade, sendo estes conceitos distintos. É definido segundo diversos investigadores como sendo um conjunto de atividades propositadas no sentido de assegurar a sobrevivência e desenvolvimento da criança (Hoghughi, 2004 *cit. in* Barroso e Machado 2010).

De acordo com Brás (2005) a definição de parentalidade reporta a um conjunto de ações encetadas pelas figuras parentais (pais ou substitutos) junto dos seus filhos no sentido de promover o seu desenvolvimento da forma mais plena possível, utilizando para tal os recursos de que dispõe dentro da família e fora dela, na comunidade. Esta definição permite-nos concluir que independentemente de serem os pais biológicos das crianças ou seus substitutos, como por exemplo, tios, padrinhos, avós ou outros que não sejam da família, mas que tenham a criança a seu cargo, estes estão incluídos no termo de parentalidade, desempenhando a função de educar a criança o melhor possível recorrendo sempre a todos os recursos familiares existentes.

Assim, a promoção de uma educação feliz e saudável não se centra apenas no seio de uma família biológica.

Contudo, a parentalidade remete-nos para as capacidades que os pais apresentam construídas através das diversas experiências vividas ao longo do ciclo vital, não devendo ser generalizada ou uniformizada pois esta difere conforme a estrutura familiar e as exigências da sociedade (Xavier et al., 2013).

Deste modo e apesar de o subsistema parental construir um modelo de parentalidade resultante das famílias de origem, é a evolução familiar, o contexto e vivências da própria família que vão desenvolver o modelo da parentalidade (Magalhães 2011).

Sabe-se que o exercício da parentalidade intervém ao nível da promoção da saúde e bem-estar da criança, bem como no desenvolvimento físico e emocional da mesma, sendo este um dos papéis mais exigentes em termos físicos e mentais que os indivíduos encontram nas suas vidas (Magalhães, 2011).

Houzel, 2004 (*cit. in* Magalhães 2011) considera que inerente à definição de parentalidade está também a definição das funções e dos papéis desempenhados pelos pais. Segundo a autora existem três perspetivas para avaliar as funções parentais: o exercício da parentalidade; a experiência da parentalidade e a prática da parentalidade.

No entanto, estas conceções e práticas da parentalidade dependem de impressões subjetivas, crenças culturais ou preocupações relacionadas com determinados contextos.

Todavia, nem sempre os pais conseguem adotar competências e recursos emocionais para lidar com a exigência que o exercício da parentalidade pressupõe.

Quando o homem e a mulher decidem ser pais e formar um lar estão a tomar uma decisão que lhes traz mais consequências a eles próprios do que à própria sociedade, exigindo uma transição para novos papéis e responsabilidades. Como tal, o nascimento de um filho implica grandes mudanças e adaptações a novos papéis, tornando-se esta uma transição especialmente crítica pois é permanente, a adição de um novo membro na família (Magalhães, 2011).

O desenvolvimento natural de uma família nomeadamente de um casal culmina com o nascimento de um ou vários filhos. Trata-se de uma fase transcendente para cada um dos progenitores com vivências diversificadas em que a partir do momento que os pais se preparam para o nascimento de um filho também se devem preparar para um novo processo de transição, a parentalidade (Oliveira, 2002).

De facto, e conforme Martins (2013) argumenta, o processo de transição para a parentalidade nem sempre acarreta uma consciencialização das alterações que o nascimento de um filho implica na vida conjugal e familiar. Segundo o autor este processo para a parentalidade não é necessariamente marcado pelo nascimento do filho, mas pelas mudanças psicológicas internas e organizações do papel parental e dos seus relacionamentos mais importantes.

Segundo o mesmo autor, tornar-se pai e mãe é a abertura de um novo ciclo na vida familiar, constituindo-se um ponto de viragem nomeadamente no que toca às rotinas quotidianas da família, pois estas alteram-se completamente, requerendo a adaptação ou mudanças na vida destes pais e nos comportamentos já adquiridos. Martins (2013) refere ainda que o nascimento de um filho, mesmo sendo desejado por ambos os progenitores, exige esforços para enfrentar novos padrões de vida que modificam decisivamente a identidade, papéis e funções dos pais e de toda a família.

Deste modo, pode dizer-se que o exercício da parentalidade é um processo difícil, mas compensador, é uma nova etapa repleta de emoções e sentimentos ambivalentes, construída e reconstruída na relação que se estabelece com os filhos (Martins, 2013).

Não é fácil inventar “novos pais” capazes de interpretar todos os sinais emitidos pelos filhos, crianças ou adolescentes desde o seu nascimento até à idade adulta (Oliveira, 2002).

De acordo com o autor referido anteriormente, cada vez é mais notório que os pais não se encontram preparados nem foram devidamente instruídos para a maternidade/paternidade, limitando-se em grande parte a seguir o instinto e algumas instruções dos seus progenitores.

Os pais educam os filhos tendo por base o ambiente em que eles próprios viveram, as relações que mantêm e a mentalidade que foram criando (Fusté et al., 1989).

Neste sentido, muitos pais possuem dificuldade em lidar com todas as transformações que decorrem do nascimento de uma criança, o que poderá provocar uma rotura na estabilidade do casal podendo colocar o próprio relacionamento em causa caso este não seja capaz de resistir e se adaptar às novas circunstâncias. Face a esta dificuldade, as redes de apoio podem fornecer suporte emocional e informação mediante a partilha de experiências e situações comuns (Xavier et al., 2013).

Assim, é necessário educar os pais para que melhor possam cumprir a missão no que concerne ao exercício de uma parentalidade positiva.

Na verdade, hoje a escola prepara tudo, técnicos de toda a ordem, mas não se preocupa em preparar (futuros pais) para a arte e ciência de bem educar, nomeadamente o exercício de uma parentalidade positiva (Oliveira, 2002).

Como refere Martins (2013), embora o conceito de parentalidade possa ainda não estar integralmente e claramente definido, importa salientar a necessidade em comunicar e alertar para o processo da parentalidade através da transmissão de crenças, saberes e tradições promotores do desenvolvimento máximo da criança realçando o papel de ser pai e mãe nos dias que decorrem. Segundo este autor, priorizar a criança e a família e satisfazer as suas necessidades, de forma congruente com as respetivas crenças e valores, estão identificados como sendo três processos de parentalidade positiva, fenómeno abordado no ponto a seguir.

Para Simões (2011, p. 11):

A parentalidade não pode ser vista como uma simples influência dos pais sobre os filhos, mas como um processo de co-construção, ou seja, como um conjunto de processos interativos em que os pais e a criança reagem perante a características disposicionais e comportamentais de cada um, enquadradas num determinado ambiente que também tem influência

Assim, de acordo com o autor anteriormente mencionado, o estudo da parentalidade é influenciado pelas abordagens desenvolvimental, ecológica, transacional e sistémica, assumindo-se que a parentalidade é uma construção na relação entre pais e filhos, como mencionado anteriormente. Ou seja, é o resultado das múltiplas variáveis individuais, intra e extrafamiliares que intervêm nas interações recíprocas estabelecidas entre pais e seus filhos através de processos de influência circular.

## **2. Promoção da parentalidade positiva**

No estudo desta matéria como no estudo de outras, existem sempre opiniões divergentes por parte dos investigadores.

De acordo com Lopes et al. (2009), o conceito de “parentalidade positiva” diz respeito ao desenvolvimento de padrões de relacionamento saudáveis com os filhos, referindo-se a um comportamento parental baseado no melhor interesse da criança que assegure a sua criação, educação, capacitação sem violência e proporcionando reconhecimento e orientação com a fixação de limites para permitir um pleno desenvolvimento da mesma. Segundo os autores, este desenvolvimento centra-se no exercício da autoridade, do diálogo e respeito e numa educação pelo afeto, através da aquisição de competências neste domínio.

Para Baptista (2014), parentalidade positiva é um comportamento parental que se baseia no melhor interesse da criança e que assegura o seu crescimento, educação, capacitação, com reconhecimento e orientação, sem violência e com fixação de limites para permitir o seu pleno desenvolvimento.

De acordo com o autor anteriormente citado, o exercício de uma parentalidade positiva visa criar as condições necessárias para que as crianças possam desenvolver as suas capacidades (emocionais, sociais, de autonomia e comunicação, e resolução de problemas) de forma mais completa possível, tanto dentro como fora da família.

Segundo Lopes et al. (2010), a parentalidade positiva tem como princípios básicos o reconhecimento das crianças e dos pais como titulares de direitos e sujeitos a obrigações, com um potencial natural e pluralista no desenvolvimento das crianças. São consideradas variáveis essenciais no exercício de uma parentalidade positiva, o relacionamento com as crianças, o carinho e envolvimento parental positivo.

Com base nestes conceitos, o exercício da parentalidade positiva envolve mudança, ajustamento e aprendizagem de competências necessárias à tomada de decisão parental, perante a compreensão e gestão do comportamento das crianças, permitindo aos pais uma progressiva confiança na sua própria parentalidade (Patrício, 2011).

É no relacionamento interpessoal e na comunicação familiar entre pais e filhos que assenta muita da ação da parentalidade positiva. Esta é desenvolvida num estilo parental que engloba uma relação de proximidade e respeito pela criança, num sistema social com o qual a criança tem de aprender a agir e a relacionar-se (Barradas, 2013).

No exercício da parentalidade positiva a criança é o cliente da atenção, com direitos, características positivas e potencialidades a desenvolver (Lopes et al., 2010).

Todos nós desejamos ter a nossa casa e sobretudo ter “o nosso cantinho”. Para as crianças casa significa segurança, tranquilidade, o sítio onde “são como são”, longe dos olhares de estranhos (Fusté et al., 1989).

Conforme os autores supracitados, os pais devem proporcionar às crianças um lugar que lhes permite ser como realmente são, porque é assim que são aceites e a aceitação incondicional do outro está na base da instituição familiar.

Estes autores referem ainda outro aspeto que contribui para uma parentalidade positiva, a interioridade. A família, nomeadamente os pais oferecem à criança um lugar privado onde existe intimidade, a sua própria casa. Esta intimidade é necessária para a

construção de uma personalidade equilibrada das crianças e para que estas não se deixem dominar pelo mundo exterior.

Como refere Baptista (2014), há outro ponto de especial importância na educação positiva de uma criança que é a preparação para a autonomia e responsabilidade através da estimulação de talentos e autonomia nas suas escolhas. A fim de desenvolver este sentido de independência nos filhos, os pais deverão permitir que a criança contacte, reconheça e interaja com o mundo físico e social que a rodeia. O autor reforça que devem ser satisfeitas as necessidades de afeto, confiança e segurança essenciais no estabelecimento de vinculações seguras com os seus filhos.

Batista (2014, p. 1) argumenta que:

Alguns pais tendem a tentar controlar os filhos, esquecendo-se que eles não são sua propriedade, atentam naquilo que acham que os filhos deviam estar a fazer, confundem as suas metas com as dos filhos e impõem-lhes a sua forma de estar na vida, como sendo a mais correta. Os filhos necessitam de espaço e tempo para que eles próprios perceberem o seu próprio caminho, as suas soluções e estratégias perante os obstáculos da vida.

Os pais deverão permitir aos seus filhos certas zonas de liberdade cada vez mais vastas para que a longo prazo estes sejam capazes de prescindir deles, porém, esta liberdade não deve ser confundida com uma educação permissiva onde se deixa fazer tudo o que a criança quer (Lopes et al., 2010). Para os autores, é fundamental uma disciplina adequada com estratégias de disciplina positivas e com a anulação de restrições e da punição.

De acordo com os autores anteriormente mencionados, a necessidade de os pais conhecerem e promoverem o desenvolvimento do seu filho é um ponto essencial na parentalidade positiva sendo este um facto reconhecido por diversos autores e estudos já realizados.

As crianças mais bem preparadas para o futuro e para a vida em sociedade são aquelas que se encontram preparadas para a autonomia desde cedo. Esta dinâmica requer uma “separação” gradual dos pais em relação aos filhos até chegar à independência do jovem, ponto estes em que os filhos já se encontram capazes e prescindir dos pais (Fusté et al., 1989).

Martins (2013) refere que na educação é necessário ter em conta um conjunto de variáveis como por exemplo o género, a personalidade e particularmente a idade, pois não é o mesmo educar uma criança pequena que um adolescente ou um jovem adulto.

De acordo com o autor, com o decorrer do tempo e à medida que os filhos vão ultrapassando as diferentes etapas do seu desenvolvimento, as funções parentais vão sendo reformuladas de modo a garantir a construção de uma base estrutural firme.

Para além destas variáveis, é também importante considerar as variáveis exógenas tais como o ambiente onde se situa a família e onde se desenvolve a educação (Oliveira, 2002).

Como menciona Palácios et al., 2006 e 2007 (*cit. in* Martins 2013):

Estimular os filhos, proporcionar-lhes um ambiente de afeto e apoio, assegurar a sua sobrevivência, crescimento e socialização nos comportamentos de comunicação, diálogo e simbolização, e tomar decisões tendo em conta os outros contextos educativos nos quais a criança se integra, são funções específicas que os progenitores têm que dar resposta. O autor supracitado acrescenta que no exercício de uma parentalidade positiva os pais devem dar atenção às crianças, elogiando os seus comportamentos corretos de forma a proporcionar a estas momentos de alegria e felicidade.

De acordo com Baptista (2014), a felicidade permite que as pessoas desenvolvam uma inteligência social mais elevada e uma personalidade emocionalmente equilibrada, o que ajuda na gestão de relacionamentos com outras pessoas, sendo esta uma parte importante do ser feliz. Os pais devem olhar as emoções positivas tão seriamente como as negativas e, as suas forças, de forma tão atenta quanto as fraquezas.

Outro aspeto particularmente importante no exercício de uma parentalidade positiva é a questão do diálogo entre pais e filhos e mesmo entre o próprio casal. É um facto afirmar que a televisão impede a comunicação entre os membros da família (Fusté et al., 1989).

Segundo os autores mencionados anteriormente, o diálogo fundamental numa parentalidade positiva, trata-se de uma comunicação profunda entre pais e filhos em que não basta apenas dizer o que se fez durante o dia, mas que, ao comunicar se transmite aquilo que se sente, o que nos afeta, alegra ou entristece.

O psicólogo Luis Alberto Conti em 2013 explicou o conceito de diálogo entre pais e filhos como sendo uma forma importante de impor limites, argumentando que, quando as crianças são muito pequenas, a punição e a autoridade pode ser mais importante, mas quando se atinge os 11 ou 12 anos de idade, as curvas do diálogo, do esclarecimento e da punição começam a cruzar-se e os pais precisam de conseguir assegurar os filhos através do diálogo. Por isso, é preciso praticá-lo desde cedo.

As relações entre pais e filhos deverão estar sempre em primeiro lugar, não devendo estas estar sujeitas a horários nem imprevistos. A conciliação entre o trabalho fora de casa e a família é o que está na base do equilíbrio para uma parentalidade positiva (Fusté et al., 1989).

De facto, e conforme Baptista (2014), o pai e a mãe positivos cuidam, capacitam, guiam e reconhecem as crianças como indivíduos possuidores de direitos. Para o autor, a qualidade das trocas afetivas entre pais e os filhos e a sensibilidade dos pais para interpretar e responder às efetivas necessidades da criança com autenticidade e coerência são competências fundamentais no exercício de uma parentalidade eficaz, responsável e protetora.

A parentalidade positiva não é uma parentalidade permissiva. Esta deve estabelecer os limites que as crianças precisam para as ajudar a desenvolver ao máximo o seu potencial (Fusté et al., 1989).

De acordo com Barradas (2013), na atualidade as famílias não dependem apenas de fatores internos mas também da influência do contexto social, económico e cultural.

As mudanças tecnológicas, as alterações económicas, as diretivas legislativas, entre muitos outros fatores que concorrem para a promoção de uma posição de parentalidade diferente da existente há alguns anos atrás (Barradas, 2013).

Hoghugh, 2004 (*cit. in* Magalhães 2011) enumera três componentes básicas que caracterizam a parentalidade positiva:

- i) Amor, cuidado e compromisso;
- ii) Controlo e estabelecimento de limites;
- iii) Favorecer o desenvolvimento.

Todos os filhos necessitam de sentir que são amados incondicionalmente. A partilha e a troca de sentimentos e afetos entre pais e filhos são de extrema importância para o desenvolvimento de uma relação baseada na confiança (Soares, 2008).

O estabelecimento de limites e o desenvolvimento de autocontrolo nas crianças é importante para o ensinamento dos comportamentos que são aceitáveis ou não bem como no auxílio de situações do mundo exterior (Teixeira, 2014).

Conforme refere Soares (2008), o comportamento parental deverá ser adaptado às necessidades dos filhos, à medida que estes ultrapassam as diferentes etapas de desenvolvimento. Segundo o autor, as crianças devem ser estimuladas para que se desenvolvam todas as suas potencialidades, de forma a garantir a construção de uma base estrutural firme para que futuramente se tornem cidadãos capazes de enfrentar

saudavelmente os diversos desafios e adversidades que surgirem ao longo da sua vida.

A atual sociedade não reconhece nem dá o devido valor às responsabilidades que os pais têm na educação dos filhos, nem são cultivados os valores universais que muitos pais desejariam transmitir aos seus filhos, pois é notório que os modelos educativos e os exemplos a seguir são cada vez mais escassos (Fusté et al., 1989).

Neste sentido, é necessário apelar a uma parentalidade positiva para que todas as crianças cheguem a ser cidadãos adultos, possuidores de uma postura ética e de comportamentos altruístas precisos capazes de estabelecer relações conjugais, parentais, familiares e sociais, baseadas em modelos positivos e de bem estar emocional.

### **3. Práticas parentais e o desenvolvimento de condutas de risco em adolescentes**

As práticas parentais, associadas ao conceito de parentalidade referenciado no primeiro ponto do trabalho, dizem respeito a um conjunto de fatores de proteção e maximização do desenvolvimento das crianças, praticadas pelos progenitores na educação e todo o envolvimento com os seus filhos (Mondin, 2008).

Por condutas de risco entende-se os comportamentos/ ações que comprometem o desenvolvimento saudável que o indivíduo pode alcançar, superando situações aversivas decorrentes do seu quotidiano (Agostini et al., 2014).

Ao longo dos últimos anos, inúmeros estudos têm procurado compreender o impacto que os pais exercem no desenvolvimento sociocognitivo dos filhos (Carneiro e Oliveira, 2013).

Não obstante, certos estudos relativos às práticas parentais não avaliam os comportamentos de risco dos pais e a sua influência nos comportamentos de risco dos seus filhos, esquecendo-se que a modelagem a partir do comportamento dos progenitores é deveras importante (Newman et al., 2008).

Fernandes (2009) realizou alguns estudos focalizados essencialmente nas características particulares dos pais, os conflitos na família e relacionamentos que os jovens envolvidos em condutas de risco possuem com as figuras parentais. Entre eles destaca-se um estudo realizado em Portugal no Estabelecimento Prisional de Leiria com jovens delinquentes, onde se concluiu que 46% desses jovens tinham sofrido a perda de um ou ambos os pais e separação na infância. No que diz respeito às dinâmicas familiares, o autor realizou uma investigação com grupos de jovens delinquentes e não delinquentes onde comprovou que os jovens delinquentes apresentam maioritariamente um inadequado relacionamento familiar. Um outro estudo

realizado pelo autor supracitado, em Coimbra, teve por base estatísticas oficiais, sobre os jovens oficialmente designados como delinquentes e as suas características sócio-familiares. Segundo os resultados do mesmo, concluiu-se que as famílias destes jovens são maioritariamente caracterizadas por uma extrema pobreza, pelo analfabetismo, pela existência de agregados de grande dimensão, pelo envolvimento de um dos pais no sistema de justiça, sendo que metade dos jovens vivia apenas com um dos progenitores. Para além disso, estes jovens apresentavam também um nível intelectual baixo, onde apenas 23% frequentavam a escola, sendo o roubo o delito mais cometido.

Como menciona o Fernandes (2009), e a partir dos vários estudos já efetuados, é possível concluir que existe um défice nas práticas parentais dos jovens que apresentam condutas de risco e comportamentos delinquentes.

Há muito tempo que a relação entre pais e filhos tem sido relacionada com os comportamentos dos jovens, havendo inúmeros aspetos que podem influenciar o comportamento dos progenitores para com os filhos que vão afetar a infância da criança e a sua adolescência (Cruz, 2011).

Como refere o autor, a conceção do pressuposto que as práticas educativas parentais podem exercer uma profunda influência no desenvolvimento psicossocial da criança e conseqüente desenvolvimento de condutas de risco nestes futuros jovens tem sido formulada por diversos autores.

A ideia de que o comportamento parental influencia os comportamentos dos adolescentes está claramente presente na literatura, nomeadamente em estudos que associam características do comportamento parental a evoluções desenvolvimentais das crianças (Golding, 2000 *cit. in* Pereira e Alarcão 2014).

O comportamento parental e o percurso de desenvolvimento das crianças estão interligados por processos de influência recíproca e múltipla, ainda que os pais não sejam a única fonte de influência na trajetória desenvolvimental dos seus filhos, a literatura proveniente de diversos modelos teóricos destaca o papel dos pais como fator primordial na adolescência dos seus filhos (Simões, 2011).

Segundo Fonseca, 2002 (*cit. in* Pimentel 2012), um mau funcionamento familiar pode constituir uma das principais causas da violência na família, distúrbios no comportamento ou mesmo a delinquência juvenil.

Para Golding, 2000 (*cit. in* Pereira e Alarcão 2014), as famílias nomeadamente os pais constituem o primeiro e o mais importante contexto no desenvolvimento das crianças,

sendo que, dentro do contexto familiar, a função parental é central pois exerce um efeito determinante no crescimento e desenvolvimento dos seus filhos.

Em conformidade com os autores referenciados e como já foi referido anteriormente, as relações familiares são fonte de influência no desenvolvimento social, intelectual e emocional dos seus descendentes, na medida em que a família é o palco onde ocorrem as primeiras experiências, desde os primeiros vínculos emocionais, até ao estabelecimento das primeiras relações sociais.

No entanto, o comportamento da criança é influenciado por múltiplas variáveis para além das práticas parentais, tais como as circunstâncias ambientais ou a qualidade do seu próprio desenvolvimento (Golding, 2000 *cit. in* Pimentel 2012).

De acordo com a hipótese da suscetibilidade diferencial, as crianças reagem de forma diferente às diversas práticas parentais, de acordo com as suas características individuais (Pimentel, 2012).

Todas as experiências que a criança tem no meio familiar, são fundamentais para a qualidade de todo o seu percurso. Através das primeiras relações com a mãe, e depois com outras figuras familiares, a criança vai construir modelos a partir dos quais são construídas expectativas que se tornam como base para a criação de planos para um comportamento futuro (Cruz, 2011).

A criança nasce num estado de imaturidade, pelo que, os primeiros anos de vida são decisivos para o desenvolvimento de toda a sua personalidade (Fusté et al., 1989).

De acordo com Cruz (2005), numa fase inicial após o nascimento da criança, os pais começam logo a adotar estratégias com o objetivo de controlar o seu comportamento, sob a forma imperativa (proibitiva), acompanhadas de uma mudança no tom de voz. O autor refere também que com o passar o tempo, os pais têm que manifestar o seu poder parental para mudar o comportamento da criança, mesmo sendo contra a vontade desta.

De facto, e conforme (Fusté et al., 1898) a criança necessita que alguém que a oriente e a autoridade dos pais constitui o auxílio que a criança espera e precisa. Segundo estes autores, a falta de regras concretas, nomeadamente a hora de ir para a cama; a hora das refeições; até mesmo a altura em que estas podem contar com os pais para as suas brincadeiras; quando os pais não ensinam aos filhos quais os comportamentos corretos e incorretos perante as diversas circunstâncias da vida; quando devem ficar calados e mesmo a reconhecer as alturas próprias de como agir em cada situação, os resultados são crianças e futuros adolescentes entregues a eles próprios. As

crianças são abandonadas de si mesmas, tornam-se crianças medrosas, confusas e mais tarde adolescentes que não se sabem comportar socialmente (Fusté et al., 1898).

Os autores anteriormente citados referem que as regras familiares têm de ser definidas desde o nascimento da criança, devendo ser claras e consistentes, isto é, não podem ser alvo de repreensão ao mínimo pretexto, mas tem que haver obediência por parte dos filhos às restrições colocadas pelos pais. Estas devem ser discutidas por todos os membros da família, respeitando-se a liberdade das crianças e adolescentes dentro dos limites das exigências da realidade.

A fase da adolescência é uma etapa que muito preocupa os pais e que tem sido encarada como um período perturbado e turbulento. Neste período de transformação, uma das alterações principais ocorridas no contexto familiar consiste na transição de uma autoridade unilateral, característica da infância, para uma autoridade mútua em que as adolescentes partilham com os pais processos de tomada de decisão e se esforçam para adquirir maior autonomia na determinação do seu próprio comportamento (Beato, 2008).

Segundo o autor supracitado, a frequência de discussões na adolescência entre os jovens e os seus progenitores poderá ser atribuída, principalmente devido às tensões da puberdade e à necessidade de afirmação da sua autonomia. Este facto contribui para a alteração dos padrões de relação familiar e para o aumento da escalada de conflitualidade entre adolescentes e os seus pais.

Deste modo, as interações familiares sofrem alterações, à medida que os adolescentes se vão tornando fisicamente mais maduros, pelo que, é necessário pensar não apenas na forma como os pais influenciam os filhos adolescentes mas também o modo como eles conseguem lidar com todas as alterações que acarretam este período da vida (Sprinthall e Collins, 2008).

Como referem os autores supraditos, a identificação dos adolescentes com os próprios pais é algo que envolve interesse e motivação de querer aprender algo sobre o comportamento e história de vida da outra pessoa e consiste num marco para a construção da própria identidade do adolescente através do seguimento de modelos e aprendizagens que lhe são familiares desde os seus primeiros anos de vida.

Importa salientar que este processo nem sempre ocorre pois na realidade os adolescentes podem conhecer o comportamento habitual dos pais, contudo, devido ao facto de terem sofrido consequências negativas por parte dos mesmos ou por terem a

noção que tais comportamentos são inadequados, escolhem enveredar por procedimentos diferentes (Sprinthall e Collins, 2008).

Para Hoghughi, 1998 (*cit. in* Teixeira 2014), existem três tipos de parentalidade pobre que podem provocar danos ao nível do desenvolvimento da criança e do adolescente:

- i) A falta de amor e de compromisso para com a criança que constitui uma barreira no desenvolvimento da mesma que pode levar a problemas, tais como: personalidade insegura, baixa autoestima, problemas nas relações com os pais, ao nível do casamento e da parentalidade, vários tipos de desordem da personalidade e em casos mais extremos, o despoletar de uma psicopatia em que a criança é incapaz de sentir ou dar amor a alguém;
- ii) As crianças que possuem falta de autocontrolo podem desenvolver problemas de desordem de conduta, comportamentos delinquentes e associados ao crime;
- iii) As crianças negligenciadas no que diz respeito à estimulação das suas capacidades poderão apresentar problemas de aprendizagem na escola e desenvolver condutas de risco no período da adolescência.

Deste modo, o autor assume que práticas parentais pobres/negativas predizem a criminalidade. Acrescenta ainda que a trajetória para o comportamento antissocial grave bem como a predisposição para condutas de risco em adolescentes está ligada a práticas parentais ineficazes específicas durante a infância quando os pais falham na promoção de uma parentalidade positiva e cuidadosa para com os seus filhos.

Teixeira (2014) refere que as práticas parentais pobres/negativas são reconhecidas como a principal causa do desenvolvimento de condutas de risco associadas ao crime, na adolescência e na idade adulta. Assim, de acordo com o mesmo autor, é na fase da infância, no início de vida da criança que se previne as desordens de comportamento nomeadamente o insucesso escolar e trajetórias de comportamento desajustadas.

### **3.1. Dinâmicas parentais e consequências na adolescência**

Estudos realizados nesta área consideram que a manifestação de expressões negativas de afeto por parte dos pais reproduz problemas no comportamento dos adolescentes.

De acordo com Fernandes (2009), nas famílias em que os filhos adolescentes apresentam comportamentos de risco, os pais tendem a ser pessoas pouco afetuosas e

mais hostis. O autor argumenta que estes ao mostrarem atitudes negativas face aos filhos amplificam este tipo de comportamento, no qual as perceções por parte destes face aos seus pais são igualmente negativas.

Os rótulos negativos que os pais colocam aos filhos durante as interações familiares podem confirmar-se em outras situações através dos comportamentos inadequados que estes manifestam (Sprinthall e Collins, 2008).

Crianças que tendem a crescer em famílias com um baixo nível de coesão, falta de apoio emocional e proteção podem assim causar alta tolerância para o desenvolvimento de comportamentos de risco (Fernandes, 2009).

O autor anteriormente citado refere que o tipo de relação existente entre os progenitores é um fenómeno que não atinge unicamente o casal mas também os familiares próximos, nomeadamente os próprios filhos. Num lar onde exista uma relação saudável entre o casal, predomine o diálogo, a confiança e a lealdade um pelo outro, tudo indica que este processo seja assimilado pelos filhos e a tendência seja a reprodução destes mesmos comportamentos positivos.

No entanto, a tendência nos dias de hoje é precisamente o contrário, a relação entre os casais tende a diversos processos de rotura, gerando mecanismos de culpabilização do outro, discussões e desentendimentos constantes podendo chegar mesmo à violência (Oliveira, 2002). Importa aqui salientar é o impacto que estes conflitos parentais exercem na fase da adolescência dos seus filhos, incluindo casos que impliquem divórcio.

De acordo com Oliveira (2002), o divórcio perturba o comportamento parental, levando os pais a serem menos positivos mais irritadiços, bem como o tempo disponível para estar com os filhos tende também a tornar-se menor. Muitas vezes, as crianças e os adolescentes são também “usados” para participarem nas batalhas conjugais, quando os pais os utilizam como aliados nos conflitos do casal, os resultados são crianças e adolescentes perturbados e revoltados.

Estas são algumas das consequências do acentuado aumento de famílias compostas por apenas um dos progenitores.

É notório o aumento de número de adolescentes e jovens que passam parte do seu tempo fora de casa porque os seus pais simplesmente não estão em casa. Os investigadores começaram recentemente a estudar os efeitos deste novo fenómeno social, acreditando que a ausência dos pais e a falta de supervisão por parte destes gera problemas nos adolescentes (Sprinthall e Collins, 2008).

Segundo os autores anteriormente citados, os adolescentes utilizam os centros comerciais como locais de encontro, circulam pelas lojas de música e videogames, reúnem-se em grupo em casas de amigos, em locais conhecidos ou mesmo nas ruas rodeados muitas vezes de bebidas alcoólicas e outras substâncias. Para além disso, sem supervisão de adultos alguns destes adolescentes podem a curto ou longo prazo manifestar comportamentos de risco.

O tempo inútil passado pelas ruas pode facilmente influenciar os adolescentes a práticas sexuais prematuras, consumo de drogas, furtos e outros atos de vandalismo (Sprinthall e Collins, 2008).

Para os autores supracitados, o período da adolescência é aquele em que a conformidade social atinge o seu ponto mais elevado e estes adolescentes que residem maioritariamente na “comunidade” são particularmente suscetíveis às pressões negativas do grupo de pares.

Os pais absorvidos pelas ocupações e preocupações do dia a dia esquecem-se frequentemente que têm que estar presentes as capacidades de diálogo com os seus filhos (Fusté et al., 1989).

A falta de comunicação entre pais e filhos pode afetar de alguma forma os adolescentes, uma vez que se torna impossível prever o seu comportamento com base nas interações familiares (Sprinthall e Collins, 2008).

A transgeracionalidade dos comportamentos de risco é também um elemento de relevo, referindo-se à transmissão de comportamentos de risco de geração em geração (Fernandes, 2009). O autor refere que adolescentes que apresentem padrão de comportamentos anti sociais, tendem a ter pais também possuidores de tendências anti sociais, com formas de educar medíocres, cruéis e negligentes (Fernandes, 2009).

Por outro lado, de acordo com Campbell, 2008 (*cit. in* Ribeiro 2014), certos ambientes familiares influenciam as crianças a desenvolverem perturbações de ansiedade, tornando-se adolescentes inseguros, medrosos e dependentes de outrem. Estudos empíricos referem que a existência de uma parentalidade positiva está associada a comportamentos mais adequados e saudáveis por parte dos adolescentes.

Conforme Telles et al., (2006), os pais compartilham juntamente com instituições, com o grupo de pares, com a personalidade do próprio adolescente entre outros fatores, a responsabilidade pelo desenvolvimento físico, cognitivo, social e afetivo dos seus filhos. Os autores salientam que quando as dificuldades enfrentadas por estes pais não são superadas, tanto do ponto de vista financeiro como do ponto de vista

das relações sociais e afetivas, condicionam o adolescente a uma situação de risco que pode impulsionar o seu ingresso na criminalidade.

Estas conexões entre as práticas parentais e a criminalidade nos adolescentes têm vindo a ser encontradas cada vez com mais frequência na nossa sociedade e em diversos grupos sociais (Sprinthall e Collins, 2008).

Conforme Borges (2010), não é fácil ser pai e mãe e cada vez mais os pais enfrentam algumas dificuldades em conciliar as tarefas quotidianas com a educação dos filhos. Assim, importa reconhecer que ser pai ou mãe constitui um desafio para o qual ainda não há uma formação generalizada que ajude os pais a compreender e a agir adequadamente nas diversas situações com que se deparam.

#### **4. Fatores que condicionam o desenvolvimento de condutas de risco em adolescentes**

##### **4.1. Fatores de Risco**

Os fatores de risco constituem-se como indicadores que aumentam a probabilidade de um indivíduo desenvolver condutas de risco. De acordo com Coie et al., 1993 (*cit. in* Gomes 2013), fator de risco significa qualquer influência que potencie a probabilidade de ocorrência de uma determinada conduta.

Desde cedo que os investigadores estudam e se questionam na tentativa de compreender quais os fatores que levam os jovens a enveredar por condutas desviantes.

No entanto, conforme Nardi e Aglio (2010) referem, nem todos os adolescentes expostos a fatores de risco apresentam vulnerabilidade e problemas no desenvolvimento de condutas de risco.

De acordo com alguns estudos, considera-se que o problema das condutas de risco nos adolescentes tem origem em diversos fatores, podendo alguns deles enumerar-se em diferentes categorias: fatores individuais, familiares, grupo de pares, a escola e por fim a comunidade (Gomes, 2013).

Relativamente aos fatores individuais, Marques (2012), argumenta que estes são intrínsecos ao sujeito e responsáveis pela manifestação de condutas de risco. De acordo com o autor, a criança ou adolescente tende a apresentar um temperamento difícil; níveis elevados de impulsividade; perturbações internas como nervosismo, ansiedade, hiperatividade e dificuldades de concentração; apresenta por norma comportamentos

hostis ou violentos; uma baixa auto estima; pouco vinculo com a família; reduzidas competências sociais; absentismo e abando escolar bem como baixo rendimento escolar.

Conforme indica González, 2003 (*cit. in* Carvalho 2011), perturbações e carências da personalidade podem afetar o bom desenvolvimento da personalidade dos jovens, formando crianças e adolescentes imaturos, egoístas, egocêntricos, impulsivos e agressivos, características estas que estão fortemente associadas a comportamentos de risco.

Como se tem vindo a constatar ao longo de todo este trabalho, as práticas parentais negativas constituem um fator de risco para o desenvolvimento de condutas de risco em adolescentes (Salvo et al., 2005 *cit. in* Cruz 2011).

Para Marques (2012), a família pode influenciar negativamente o jovem quando: existe um contexto familiar caracterizado pela violência; os adolescentes se desenvolvem em famílias numerosas; existe uma falta de supervisão parental; o nível de rendimento dos pais é baixo; estão inseridos em famílias destruídas; os pais possuem uma baixa escolaridade; está presente uma ausência de afeto familiar; existem casamentos/relações precoces; predomina a falta de limites e regras estabelecidas; são adotados castigos corporais extremos; entre outros.

Segundo Carvalho (2011), um contexto familiar caracterizado pela violência, associado às características de temperamento e à procura de *status* social, motiva os adolescentes a envolverem-se em grupos de pares com condutas de risco.

A tendência destes adolescentes é a repetir os mesmos valores e comportamentos que os seus pais lhe transmitem e manifestam, sendo estes normativos ou não, pois estes são o seu exemplo, o seu modelo (Carvalho, 2011).

Como refere Marques em 2012, a seguir à família, o grupo de pares e a escola são igualmente responsáveis pela construção da identidade e personalidade do jovem.

A influência do grupo de pares é tida como um dos principais fatores de risco presentes na escola que leva os adolescentes a desenvolver condutas de risco (Cruz, 2011).

Na fase da adolescência, os jovens começam a encarar e valorizar os seus pares em demasia, no entanto não é correto “culpar” os pares por todos os comportamentos de risco que o adolescente apresentar (Cruz, 2011). Nesta fase os pares atuam como agentes de socialização, ou seja, auxiliam a modelar o comportamento do jovem, o que significa que se o grupo de pares manifestar comportamentos desviantes, o individuo vai ter tendência a acompanhar nestas condutas desviantes (Gomes, 2013).

Deste modo e como referido anteriormente, a família nomeadamente os pais, constituem a base na educação de qualquer adolescente, e cabe a eles manter uma relação positiva com os seus filhos.

Esta relação deverá ser sustentada por uma supervisão parental a partir de vínculos fortes e na transmissão de valores que coíbam os adolescentes de se associar a pares que desenvolvam comportamentos disruptivos (Cruz, 2011).

De acordo com Gomes (2013), com a entrada na escola, a criança deixa de ter apenas o seu núcleo familiar como forma de socialização e junta-se a um grupo de indivíduos como qual se identifica (pares). Assim, o autor refere que a escola oferece aos jovens um local propício à comunicação entre os membros do grupo.

Neste sentido, Cruz (2011) aponta alguns fatores de risco relacionados com a escola tais como: associação entre pares desviantes; discriminação; racismo; bullying; avaliações rígidas; fraca relação com professores, colegas e funcionários; regras pouco claras e severas; turmas demasiado extensas; entre outros.

Por último, para Carvalho (2011), a comunidade e os contextos relacionados com o meio social envolvente em que o jovem vive, também constituem fatores de risco para o desenvolvimento de condutas de risco em adolescentes. O autor destaca alguns desses fatores tais como: o local onde o jovem habita (bairros sociais, centros problemáticos, locais pobres); as condições de habitabilidade, nomeadamente condições habitacionais precárias e mal conservadas; o envolvimento em atividades desportivas e extra curriculares; a exposição à violência comunitária; o convívio em locais de risco e problemáticos; entre outros.

Deste modo, podemos concluir que:

*“Um adequado funcionamento da família ajuda a inibir os impulsos desviantes, limitando a probabilidade de os comportamentos delinquentes ocorrerem.”*

(Ferreira, 1997 *cit. in* Gomes 2013)

#### **4.2. Fatores de proteção**

Como indica Gomes (2013), os fatores de proteção atuam como inibidores das condutas de risco prevenindo, evitando ou diminuindo o envolvimento dos adolescentes em comportamentos delinquentes.

Três grupos de fatores de proteção foram identificados por Masten e Garmezy, 1985 (*cit. in* Nardi e Aglio 2010) como essenciais ao desenvolvimento do indivíduo: os fatores individuais como a presença de uma boa autoestima, autonomia, inteligência e

orientação social positiva e fatores familiares caracterizados por uma boa relação com os progenitores, ausência de conflitos, existência de diálogo, comunicação e afetos em casa. Para além destes, os autores supracitados fazem também referência aos fatores sociais, como envolvimento dos adolescentes em grupos de pares normativos e em atividades desportivas e extra curriculares assim como um bom desempenho escolar.

Outro fator de proteção apontado por Costa e Assis (*cit. in* Nardi e Aglio 2010) diz respeito à construção de um projeto de vida, pois vislumbrar o futuro e planejá-lo estimula o interesse na conquista da felicidade, afastando os adolescentes de comportamentos anti sociais, pois estes interferem com os seus planos de vida. Estes autores anteriormente descritos referem que, a ausência de um projeto de vida está relacionada à vulnerabilidade dos adolescentes desenvolverem condutas de risco.

A orientação social positiva, o quociente intelectual elevado, o temperamento resiliente, relações calorosas e afetivas, adesão a linhas convencionais de atuação, crenças e valores adequadas são também alguns exemplos de outros fatores de proteção que podem ajudar a diminuir a predisposição para as condutas de risco nos adolescentes (Dias, 2012).

Conforme Newman et al., (2008), descobertas efetuadas a partir de numerosos estudos ao longo dos últimos vinte anos, sugerem que a qualidade da relação entre pais e adolescentes possui um impacto bastante significativo no desenvolvimento e na prevenção de condutas de risco.

Nesta sequência, Hoghghi, 2004 (*cit. in* Teixeira 2014) propõe o apoio à parentalidade positiva como caminho para a construção de infâncias saudáveis e felizes e como fator protetor contra o desenvolvimento de comportamentos antissociais e disruptivos.

### **4.3. Fatores de manutenção**

Importa referir que existem ainda poucos investigadores que se dediquem ao estudo dos fatores de manutenção, pelo que a literatura existente relativamente a este fenómeno é um pouco escassa.

No entanto, considera-se pertinente perceber o que leva os adolescentes a manter e dar continuidade aos comportamentos de risco, mesmo quando eles próprios têm conhecimento das suas próprias consequências.

Conforme argumenta Carvalho (2011), fatores de manutenção são todos aqueles indicadores que potenciam o jovem a manter e a continuar de forma persistente a

desenvolver condutas de risco.

Segundo o mesmo autor, em determinadas alturas da adolescência, a persistência em desenvolver condutas de risco é frequente, nomeadamente quando estes tipos de comportamentos são iniciados precocemente. Este indica ainda alguns dos fatores que levam os jovens a manter condutas de risco tais como o envolvimento do adolescente em diversas condutas de risco (agressão, violência, furtos, etc.), quando estes comportamentos se tornam frequentes e são observados frequentemente por estes jovens no seu dia a dia em diversos ambientes e situações.

A falta de recursos económicos para obtenção de bens materiais ou prestígio social, o “querer pertencer” a um grupo de pares em que para continuar a pertencer ao grupo os jovens são encaminhados à prática de condutas delituosas nomeadamente ao consumo frequente de álcool e outras drogas (Moffitt, 1993 *cit. in* Carvalho 2011).

Carvalho (2011) refere também que o contexto familiar em que o adolescente está inserido constitui um fator de manutenção no desenvolvimento de condutas de risco, pois a família nomeadamente os pais, irmãos e todos aqueles que constituem o agregado familiar, desempenham uma grande influência na continuidade das atividades delinquentes.

De acordo com alguns autores, o facto de os pais terem comportamentos muito severos e autoritários com os filhos leva a que os jovens se tornem em delinquentes persistentes, isto é, que mantenham estes comportamentos ao longo do tempo (Hoeve et al, 2008 *cit. in* Carvalho 2011).

Contudo, diversos autores acreditam que o ambiente familiar tanto pode promover comportamentos socialmente adequados, como favorecer o surgimento e/ou manutenção de comportamentos inadequados, em função da grande influência que a família, nomeadamente as práticas parentais exercem no desenvolvimento da adolescência dos filhos (Barros e Silva, 2006).

## **5. Estratégias de intervenção na parentalidade positiva: o papel do Criminólogo**

A necessidade de uma intervenção preventiva é algo essencial na parentalidade positiva e reconhecida direta ou indiretamente por diversos estudos, já que o relacionamento positivo e a interação entre pais e filhos são promotores de um desenvolvimento saudável e equilibrado (Lopes et al., 2010).

Este ponto do trabalho procura focar-se na adoção de estratégias que promovam a parentalidade positiva, com objetivo de ajudar atuais e futuros pais no desempenho das suas funções parentais, promovendo paralelamente a construção de comportamentos positivos, competentes e eficazes nos seus filhos.

A realidade social, cultural, económica e educacional das famílias é habitualmente muito diferente daquela que nós idealizamos, pelo que toda a intervenção efetuada a este nível deverá ultrapassar estudos e conteúdos teóricos (Quingostas, 2011). Segundo este autor, também as competências necessárias para que se possa intervir no próprio contexto familiar deverão ser obtidas através de um trabalho individual e em grupo, não apenas com os pais mas também com toda a família. Todo este processo de trabalho envolve um conjunto de responsabilidades complexas em que o Criminólogo apresenta um papel vital.

A compreensão do desenvolvimento de um adolescente, as práticas parentais adotadas e a promoção de uma parentalidade positiva são áreas em que os pais e adolescentes necessitam de apoio para melhor compreenderem o seu papel e as suas responsabilidades (Lopes et al., 2010).

De entre os profissionais, o Criminólogo possui uma posição de destaque nesta área de intervenção, nomeadamente ao nível da prevenção, pelo que o levantamento dos fatores de risco, proteção e manutenção, consiste numa estratégia importante para detetar e prevenir fenómenos criminais.

Para além disso, a prevenção realizada por Criminólogos passa também pelo desenvolvimento de programas de prevenção e intervenção. Estes programas de intervenção constituem uma estratégia de intervenção, baseada na procura adequada de estratégias disciplinares consistentes, direcionados aos pais, familiares e a adolescentes que apelem a um comportamento parental positivo bem como para o conhecimento e compreensão de assuntos que possibilitem melhores resultados no desenvolvimento dos adolescentes (Lopes et al., 2010).

De acordo com autores anteriormente mencionados, os programas de educação parental e treino de competências parentais, possuem como objetivos uma melhoria do nível de informação dos pais sobre o processo e etapas de desenvolvimento dos seus filhos; uma melhoria do nível de informação e da capacidade dos pais na utilização de estratégias e técnicas facilitadoras de educação bem como a promoção de relações positivas entre pais e filhos através de formas lúdicas.

Toda a intervenção realizada ao nível de programas de educação parental e competências parentais constituem excelentes oportunidades para o exercício de uma parentalidade positiva, melhorando os níveis de informação dos pais envolvidos bem como as competências educativas parentais, surgindo mesmo em vários estudos, que os resultados são bastante positivos em termos da perceção de auto eficácia, no desempenho da função parental (Coutinho, 2004).

Para a eficácia destes programas, é essencial a utilização de reforços positivos durante o decorrer das sessões, deve também recorrer-se a métodos expositivos e sessões temáticas em grupo que proporcionem uma dinâmica discursiva e interativa (Camilo e Garrido, 2013).

Durante a intervenção é necessário que as famílias participem, sejam ouvidas e respeitadas de forma hierarquizada (Lopes et al., 2010)

Desta forma, é importante apelar a todos os Criminólogos para a importância do investimento nestes programas que procurem o esclarecimento de competências parentais adequadas, fornecendo aos pais “ferramentas” necessárias que proporcionem uma melhor educação aos filhos. Quando se fala em pais, não está exclusivamente a falar-se nos pais dos jovens problemáticos e delinquentes, mas também em todos os encarregados de educação que pretendam apostar numa parentalidade positiva (Gomes, 2013).

Contudo, a intenção do Criminólogo não é de descobrir culpados ou vítimas entre os pais e os seus filhos adolescentes, mas sim compreender e definir as circunstâncias em que os pais e os filhos se encontram quando surgem certas dificuldades e desajustamentos.

Para as estratégias de intervenção fornecerem resultados positivos, é necessário o contacto diário e individual com estas famílias, constituindo um determinante poderoso para a mudança de práticas parentais e para a melhoria de competências, contribuindo também para o estabelecimento de uma relação de confiança entre os profissionais e as famílias envolvidas (Quingostas, 2011). O autor refere ainda que esta relação de confiança é crucial para quem trabalha diretamente nesta área, pois é importante que toda a dinâmica de trabalho não seja quebrada e haja sempre uma boa adesão por parte das famílias nestes programas parentais.

Para tal, o planeamento destas intervenções deve ser totalmente centrado no interesse dos pais, nas suas situações de interesse e assuntos que os preocupam (Lopes et al., 2010). O seu êxito dependerá de vários aspetos nomeadamente da precocidade do

início das ações, da sua frequência e duração bem como foi referido anteriormente, a relação de confiança conseguida entre os profissionais e todos os cidadãos envolvidos (Magalhães, 2002).

Neste pressuposto, é necessário apostar na formação de profissionais, nomeadamente Criminólogos que atuem ao nível da prevenção para o desenvolvimento de competências profissionais e pessoais em intervenções desta dimensão.

Esta formação não consiste apenas em adquirir competências profissionais necessárias para intervir nestes contextos familiares, é também necessário e importante o desenvolvimento de características pessoais como a presença de uma disponibilidade interior muito grande para ouvir e compreender sem prejuízos e julgamentos estas famílias (Lopes et al., 2010).

Não obstante, não é fácil para um profissional dizer aos pais quais as atitudes certas e erradas para a educação dos seus filhos. Cada indivíduo põe em prática fantasmas e experiências vividas e muitas vezes os profissionais, neste caso os Criminólogos não sabem se nessa base é possível tomar uma atitude diferente.

A parentalidade pode ser encarada como um fenómeno cultural orientada através do diálogo devendo esta ser sempre baseada numa relação espontânea, afetiva e instintiva. Não se educa com teorias, mas com princípios e preconceitos adquiridos ao longo de uma vida (Santos et al., 1976).

A intervenção na parentalidade positiva deverá ser uma intervenção construtiva, isto é, tendo como princípios essenciais a mediação, a proteção e a prevenção (Magalhães, 2002). Deverá partir em primeiro lugar da vontade dos próprios pais, só assim se consegue alcançar os objetivos pretendidos relativamente a este problema.

## **6. Potencialidades do trabalho de um Criminólogo: desafios e limitações**

O debate em torno de matérias que fazem parte do nosso quotidiano não é uma tarefa fácil, no entanto é um exercício de extrema importância que permite o conhecimento da intervenção que é feita por um Criminólogo, trabalho que ainda é pouco visível ao nível da comunidade científica.

Antes de se debruçar sobre quais os principais desafios e limitações que se colocam ao trabalho de um Criminólogo é importante perceber o que é a Criminologia e como ela atua em torno de diversas questões.

A Criminologia é considerada uma ciência autónoma que estuda o crime, o criminoso, a vítima e o controle social da conduta criminosa, conjugando diversas áreas

do saber tais como a Psicologia, a Sociologia, a Biologia e o Direito (Lima, 2014).

Segundo o autor supracitado, a sua finalidade é essencialmente compreender, intervir, prevenir o delito e valorar os diferentes modelos de resposta ao fenómeno criminal.

O desenvolvimento da Criminologia como ciência foi antecedido de diferentes etapas marcadas por diversos contributos que vieram auxiliar na emergência da atual Criminologia, enquanto ciência autónoma (Nunes e Trindade, 2013).

Como refere Cusson, em 2011, esta ciência nasceu há cerca de 150 anos e tem vindo a desenvolver uma evolução invulgar desde os últimos 20 anos. A formação nesta área entrou recentemente nos planos de diversas universidades europeias e americanas, no entanto em Portugal, a Criminologia tem vindo a dar pequenos passos no que diz respeito ao avanço do papel profissional de um Criminólogo. O autor refere também que ao contrário de países cientificamente desenvolvidos, Portugal não dispõe de uma comunidade científica criminológica. Ou seja, não existe um reconhecimento concreto das possibilidades profissionais de um Criminólogo.

De acordo com dados retirados da Associação Portuguesa de Criminologia (2013), este facto é uma realidade dura e triste para todos aqueles que terminam os seus estudos, tendo dedicado anos da sua vida ao estudo da Criminologia, e pretendem aplicar as suas funções profissionais no mundo laboral.

Não é fácil enquadrar a Criminologia numa área profissional concreta, devido à falta de reconhecimento social e legal do país.

A Criminologia é uma área recente e de grande expansão, acreditando-se que pouco a pouco esta se mova pela sociedade levando à aceitação do papel profissional de um Criminólogo. Esta ciência é uma disciplina e não uma especialidade, pelo que, grande parte dos cidadãos não têm noção da importância que tem o trabalho de um Criminólogo para a nossa sociedade.

Sendo a Criminologia uma área multidisciplinar, esta atua em conjunto com diferentes áreas do saber, destacando-se assim de seguida algumas das potencialidades do trabalho de um Criminólogo.

O trabalho de um Criminólogo destaca-se essencialmente ao nível da prevenção do comportamento criminal, através do estudo dos fatores de risco e de proteção que estão agregados no fator crime, ele vai atuar ao nível da prevenção do fenómeno criminal.

Para além disso, o Criminólogo tem a função de informar a sociedade sobre o crime, o criminoso e a vítima, reunindo um conjunto de conhecimentos que permitam compreender cientificamente o problema criminal, de modo a preveni-lo e intervir de forma eficiente (Vaz, 2015).

O autor anteriormente citado refere também que as estratégias de intervenção utilizadas para a alteração e prevenção de comportamentos delinquentes; estudos sobre a trajetória do crime e da delinquência; a intervenção feita na área de Reinserção Social com o objetivo estratégico de promover a ressocialização dos agentes do crime e diminuir o risco de reincidência do ofensor bem como o estudo da vitimologia são algumas das funções de um Criminólogo.

De acordo com Agra, 2006 (*cit. in* Jornal de Notícias 2006), a lei diz que a elaboração de perícias de personalidade é uma potencialidade do trabalho de um Criminólogo, uma vez que os psicólogos não aprendem a teoria do crime.

Todas estas funções referenciadas anteriormente constituem fatores de integração de um Criminólogo no mercado de trabalho nos quais toda a comunidade se deveria debruçar com a finalidade de reconhecer e dar o devido valor à importância que um Criminólogo possui para a existência de uma sociedade espelhada pelo respeito, pela justiça e segurança de todos os cidadãos.

Estudar Criminologia é um desafio apaixonante, constituindo-se como uma importante fonte de ensino para a limitação da violência e para a democratização e transformação da lei penal (Andrade, 2012).

Cada desafio, para além de um obstáculo, constitui uma oportunidade de mudança e de melhoria para enfrentar os obstáculos que a história da Criminologia tem vindo a enfrentar ao longo dos tempos (Associação Portuguesa de Criminologia, 2013).

Deste modo, cabe a todos os universitários portugueses, atuais e futuros Criminólogos, divulgar e produzir conhecimento neste domínio, de forma a que um trabalho essencial como o dos Criminólogos seja reconhecido, ouvido e digerido para toda a esfera pública.

# **Componente Empírica**

## **II Capítulo: Componente Empírica**

### **1. Justificação do estudo**

A escolha da temática relativa à parentalidade positiva, associada à prevenção de condutas de risco em adolescentes, surge como fundo desta investigação tendo por base a experiência de estágio curricular realizada na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo da Maia.

O estágio realizado nesta instituição concedeu à aluna a oportunidade de realizar uma ação de sensibilização a grupos de pais integrados num programa de competências parentais promovido pela Associação de Solidariedade Social Mouta Azenha Nova.

A realização desta ação teve como objetivo promover o diálogo entre pais e filhos em diversas fases do desenvolvimento da criança, nomeadamente bebés e adolescentes, proporcionando a estas crianças e jovens um desenvolvimento harmonioso, através da assunção por aqueles que são os pais, cuidadores de uma parentalidade positiva.

O facto de a aluna ter estado em contacto com famílias provenientes de contextos socioculturais peculiares e carenciados, em que muitos dos seus filhos estão sinalizados por acompanhamento em sede de promoção e proteção, induziu a necessidade e a oportunidade de investir e investigar mais nesta área da parentalidade que ainda está pouco explorada no nosso país.

Para além disso, a existência de diversos pais com dificuldade em lidar com os seus filhos onde era visível uma notória carência, sobretudo na esfera financeira e emocional, suscitou na aluna interesse em investigar e adotar possíveis estratégias que levem a mudanças positivas na vida destas famílias.

Como já foi referido anteriormente, a família, nomeadamente os pais possuem extrema influência no desenvolvimento de condutas de risco em adolescentes. A modificação deste comportamento problemático apenas será possível se houver uma reorganização das práticas parentais, em que estas assentem numa parentalidade positiva (Fernandes, 2009).

Neste sentido, é necessário apostar no fenómeno da parentalidade, de modo a conseguir melhorar as práticas parentais e proporcionar um maior equilíbrio emocional e afetivo a todas as crianças e jovens, uma vez que o núcleo da família é a célula mais importante no sistema de Promoção e Proteção.

É com base nestes pressupostos teóricos que se propõe o seguinte estudo, no sentido de verificar a existência de uma relação entre as práticas parentais e o envolvimento de adolescentes em condutas de risco.

Deste modo, neste II Capítulo é apresentada a proposta de um estudo, através de um inquérito por questionário sobre o fenómeno da parentalidade e o envolvimento dos adolescentes em condutas de risco.

Este estudo trata de uma investigação que pode ter como objetivo posterior a implementação de um projeto de intervenção com base nos resultados que a pesquisa permite obter.

## **2. Objetivo geral e objetivos específicos**

O presente estudo visa compreender o fenómeno da parentalidade num grupo de pais que integram um programa de competências parentais promovido pela Associação de Solidariedade Social Mouta Azenha Nova, com o objetivo de verificar a existência de uma relação entre as práticas parentais praticadas por estes pais e o envolvimento dos seus filhos em condutas de risco. Importa também perceber a dificuldade de ser pai/mãe nos dias de hoje bem como o perigo de envolvimento dos seus filhos em condutas de risco.

Como objetivos específicos pretendemos:

- i) Perceber a existência (ou não) de práticas parentais inadequadas no grupo de pais que estão integrados num programa de competências parentais; promovido pela Associação de Solidariedade Social Mouta - Azenha Nova;
- ii) Identificar o tipo de relação existente entre estes pais e filhos;
- iii) Perceber a relação entre o tipo de práticas parentais e o envolvimento dos filhos em condutas de risco;
- iv) Compreender o papel dos pais no desenvolvimento da adolescência dos seus filhos;
- v) Compreender o perfil dos pais que possuem ausência de uma parentalidade positiva;
- vi) Perceber a necessidade e importância de apoio junto de profissionais no que concerne ao desenvolvimento do papel parental.

## **3. Metodologia**

A fase da metodologia é determinante para o desenrolar do estudo, pois é nesta fase que se definem os métodos para a obtenção das respostas. O desenrolar do estudo depende desta fase, sendo que este deverá ser elaborado de acordo com aquilo que se pretende.

Após ter sido delineada a investigação, deve proceder-se à classificação da população em estudo, bem como dos métodos de recolha de dados (Fortin, 2009).

Para a realização desta investigação, deverá recorrer-se a uma metodologia quantitativa, permitindo uma procura do conhecimento dos factos, visto que os dados são analisados no seu conteúdo. Sendo uma investigação de natureza quantitativa, esta permite descrever de forma mais detalhada, profunda e minuciosa o fenómeno da parentalidade e o envolvimento dos jovens em condutas de risco.

Para tal, recorrer-se-á a um estudo quantitativo de carácter exploratório junto de um grupo de pais, utilizando um inquérito por questionário.

### **3.1. Amostra**

Para a realização deste estudo recorrer-se-á a uma amostra constituída por três grupos de pais com idades compreendidas entre os 18 e os 65 anos de idade, sendo que cada um destes grupos é constituído por cerca de 25 pais.

Assim, a amostra deste estudo será constituída por 75 pais que integram um programa de competências parentais promovido pela Associação de Solidariedade Social Mouta Azenha Nova.

A opção por esta amostra deve-se ao facto de a Associação supramencionada ser uma instituição que tem por fim a promoção da qualidade de vida das famílias (crianças, jovens e idosos) mais carenciadas e vulneráveis da nossa sociedade.

Para além disso, optou-se por esta amostra pois alguns núcleos familiares inseridos nestes grupos de pais estão sinalizados por acompanhamento em sede de promoção e proteção na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Maia, local de estágio da aluna.

### **3.2. Instrumento**

Para a presente investigação será utilizado como instrumento um inquérito por questionário (Anexo III), elaborado pela aluna e concebido especialmente para a presente proposta de investigação. Este instrumento consiste num conjunto de questões

previamente elaboradas sobre um dado problema, para serem respondidas por um determinado sujeito, por escrito ou oralmente (Serafim, 2007).

O inquérito utilizado para esta investigação é constituído por 31 questões que foram redigidas de forma clara e objetiva de modo a que não induzissem respostas erróneas, estando dividido em duas partes. A Parte I diz respeito à caracterização dos pais em estudo com o fim de obter informação relativamente aos dados pessoais e familiares dos participantes. A Parte II corresponde à aplicação do inquérito em si, constituído por 31 questões elaboradas de forma a ir de encontro e a poder dar respostas aos objetivos inicialmente delineados.

Optou-se pela construção de um inquérito por questionário sobre o fenómeno da parentalidade e o desenvolvimento de condutas de risco em adolescentes, pois este permite de forma rápida, eficaz e sincera obter as opiniões e os comportamentos que se procuram estudar, visto que se trata de algo anónimo e confidencial (Barbosa, 2012).

A fundamentação teórica deste questionário foi construída essencialmente com base nos seguintes autores: Campos e Cruz (2011), Quingostas (2011) e Barradas (2013).

Através deste instrumento, é possível uma maior sistematização dos resultados obtidos, possibilitando uma melhor facilidade de análise.

Para além disso, este instrumento permite ainda recolher uma maior informação relativa aos pais participantes, de modo a conhecer melhor as suas lacunas e necessidades, de forma a permitir aos profissionais melhorar as metodologias de apoio no que concerne ao desenvolvimento do papel parental.

### **3.3. Procedimentos**

Os objetivos delineados para esta investigação tiveram por base o conhecimento prévio da realidade do contexto familiar destes participantes, bem como a revisão bibliográfica anteriormente citada.

Deste modo, para realizar este estudo será necessário em primeiro lugar um pedido de autorização à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo da Maia, uma vez que, grande parte dos participantes deste estudo foram encaminhados por esta instituição para integrarem um programa de competências parentais, pois muitos destes núcleos familiares possuíam as suas crianças com acompanhamento em sede de promoção e proteção. Este pedido de autorização (Anexo I) tem como fim o

fornecimento de uma autorização para que se possam recolher todos os dados pretendidos.

Após obtenção de uma resposta positiva por parte desta instituição, o passo seguinte será enviar uma carta de pedido de colaboração à Associação de Solidariedade Social Mouta Azenha Nova (Anexo II). É neste espaço que a realização do estudo decorrerá, sendo esta Associação a promotora do programa de competências parentais que estes pais participantes integram.

De seguida, uma vez autorizada a intervenção, serão contactados os técnicos responsáveis pelo programa de competências parentais promovido pela Associação referida anteriormente para determinar qual a melhor data e hora para proceder à aplicação do instrumento.

Posteriormente, na data e hora definidas, ou seja, no momento de realização do estudo os pais participantes deverão ser informados que o questionário será para responder individualmente e anonimamente de forma a garantir que não existem trocas de informações que levem a uma influência das respostas. Deverá ser também transmitido a estes pais informação sobre a pertinência e objetivo dos questionários, bem como deverá ser garantida a confidencialidade e anonimato tanto na identificação da pessoa como de toda a informação que será recolhida.

Depois de esclarecidas todas as dúvidas e efetuadas todas as explicações deverá preceder-se à distribuição dos questionários.

#### **4. Alguns elementos sobre a discussão dos resultados**

Para que se possa fazer uma discussão mais sustentada dos resultados obtidos, deverá ter-se em conta outros estudos realizados em Portugal neste âmbito, de forma a poder fazer-se uma comparação com estudos anteriormente explorados. Também se nos assemelha pertinente realizar uma comparação com estudos que reportem a toda a Europa.

A partir dos resultados recolhidos espera-se que estes concretizem os objetivos inicialmente definidos e averiguem um possível relacionamento entre as práticas parentais e o desenvolvimento de condutas de risco na fase da adolescência, confirmando que os pais funcionam como forte potenciador no comportamento e desenvolvimento dos seus filhos.

Conforme Cruz (2005), os aspetos que podem influenciar o comportamento dos pais para com os seus filhos são numerosos, encontrando-se muitas vezes associados à

personalidade de cada indivíduo e a um modelo de valores já enraizado pelos próprios pais.

Neste seguimento, ao analisar os resultados obtidos é necessário ter em conta um aspeto importante que se destaca nestes grupos de pais e que não foi explorado neste estudo, que é o facto de a maioria destes pais possuírem um história de vida caracterizada por um conjunto de problemas e dificuldades.

Prevê-se que certos fatores intrapessoais como a história de vida dos participantes referida anteriormente, surja como uma causa para estes pais não apresentarem competências e recursos emocionais para lidar com a exigência que o exercício da parentalidade pressupõe, uma vez que esta surge na literatura como sendo muito frequente (Xavier et al., 2013).

No que respeita aos resultados obtidos, é esperado averiguar a existência de práticas parentais inadequadas bem como uma resposta positiva no que concerne à necessidade de uma maior intervenção por partes dos profissionais relativamente ao desenvolvimento do papel parental.

Nos dias que decorrem torna-se cada vez mais difícil ser pai e mãe, assim os resultados obtidos serão fundamentais para a criação de uma política parental e de programas de prevenção nesta área. Será também necessário a existência de profissionais habilitados para trabalhar estas questões e intervir em situações de risco de forma adequada ao nível da família, nomeadamente ao nível dos pais (Magalhães, 2002).

Um baixo envolvimento dos pais na educação dos filhos, a falta de comunicação e cuidados para com eles, um contexto familiar violento e o envolvimento com grupos de pares violentos são as principais causas apontadas por diversos autores na literatura para o envolvimento dos adolescentes em condutas de risco (Carvalho, 2011).

No que concerne à relação existente entre o envolvimento dos adolescentes em condutas de risco e as práticas parentais, o autor mencionado anteriormente, refere ainda que, diversos estudos sobre a família e os jovens têm apontado os pais como um fator que potencia o desenvolvimento de condutas de risco nos adolescentes.

## **Conclusão**

O presente Projeto de Graduação foca-se no fenómeno da parentalidade positiva e a sua relação com o desenvolvimento de condutas de risco nos adolescentes de modo a conhecer melhor esta problemática, através do conhecimento da realidade que se passa dentro de muitas habitações no contacto diário entre pais e filhos.

Sabemos que cada vez é mais difícil ser pai e mãe nos dias de hoje e cada vez existem mais pais a não saber como lidar com os seus filhos nomeadamente em fases de transição de vida complexas como a adolescência (Fusté et al., 1989).

A forma como os pais preparam e ensinam os filhos, as oportunidades e dificuldades da vida bem as modificações que os próprios pais sofrem ao longo dos anos, são particularmente relevantes para a formação da identidade na adolescência (Sprinthall e Collins, 2008).

De acordo com os autores anteriormente citados, nas famílias em que os pais expressam atitudes emocionais positivas, existe uma maior probabilidade de os adolescentes se empenharem no desenvolvimento de uma identidade madura sem índices de desenvolvimento de condutas de risco.

É necessário apostar na parentalidade positiva pois os adolescentes são o futuro da sociedade e a relação entre pais e filhos é algo único que jamais deve ser desvalorizada.

O Criminólogo possui aqui um papel vital, pois ao identificar os fatores de risco e proteção, vai atuar na gestão do risco e na proteção do fenómeno. Mediar o relacionamento na família, promovendo o apoio domiciliário torna-se um instrumento importante na articulação entre a relação pais e filhos.

Na nossa perspetiva, a intervenção de um Criminólogo na criação de programas de prevenção com abordagem na parentalidade positiva possui também extrema importância no apoio para o funcionamento competente destas famílias.

Sugerimos assim que se valorize o papel do Criminólogo, que se estimule atitudes positivas e reflexivas acerca do seu trabalho de modo a se reconhecer a pertinência e a importância da sua atuação no mundo profissional.

Pretende-se com a proposta de investigação apresentada neste trabalho, junto de uma amostra de pais, contribuir através de uma abordagem mais concreta da problemática, para a adoção de estratégias mais eficazes que promovam a parentalidade positiva.

Este estudo procura também fornecer um contributo útil para alargar novos conhecimentos e investigações de maior profundidade nesta área. Espera-se acima de tudo promover uma maior consciencialização e sensibilização para esta temática, visto esta estar ainda pouco explorada no nosso país.

Não obstante, o presente estudo poderá também apresentar algumas limitações, nomeadamente no que diz respeito ao tamanho relativamente reduzido da amostra.

Para além disso, o recrutamento dos participantes por via da integração num programa de competências parentais promovido por uma Associação, implica que estes beneficiem de um certo acompanhamento específico, o que poderá levar a um enviesamento dos resultados.

Apesar das limitações, consideramos que este fornece um importante contributo para o aumento do conhecimento nesta área sendo assim necessário continuar a apostar no desenvolvimento da mesma e na procura de soluções para a estimulação da relação entre pais e filhos, promovendo a parentalidade positiva.

Como súmula de todos os estudos já referidos anteriormente, é de esperar que neste estudo, os pais que constituem a amostra apresentem ausência de uma parentalidade positiva, uma vez que estes são provenientes de contextos socioculturais peculiares e carenciados. Este facto leva-nos a esperar que no presente estudo se verifique a existência de práticas parentais inadequadas e conseqüente envolvimento dos filhos em condutas de risco.

Deste modo, considera-se que é importante que futuros estudos procurem clarificar de que forma as práticas parentais inadequadas, ou seja, a ausência de uma parentalidade positiva vai influenciar o desenvolvimento da adolescência dos filhos, bem como o impacto que estas práticas poderão causar no envolvimento destes jovens em condutas de risco.

Seria igualmente importante o desenvolvimento de outros estudos que apostassem em estratégias de intervenção na área da parentalidade positiva, para que desta forma se consiga intervir neste fenómeno de modo a obter resultados positivos e mudanças significativas em diversos núcleos familiares.

Assim, é crucial apostar na investigação desta área, bem como na adoção de estratégias de intervenção e prevenção. Para tal, sugerimos a implementação de programas e cursos de competências parentais a par de regulamentação de medidas de participação em intervenções de educação parental junto de pais ou cuidadores que

tenham assinado um acordo de promoção e proteção, isto é, essencialmente figuras parentais com défices no que concerne ao desempenho do seu papel parental.

Em suma, é de extrema importância o desenvolvimento de padrões de relacionamento saudáveis entre pais e filhos e a delimitação de estratégias bem como a criação de medidas mais eficazes que devem incluir os pais como participantes ativos na promoção de uma parentalidade positiva.

### Referências Bibliográficas

Agonstini, A. et al., (2014). Comportamentos de risco entre adolescentes. *Unoesc & Ciência – ACHS*, 5(1).

Andrade, R. V. (2012). *Pelas mãos da criminologia: o controle penal para além da des(ilusão.)*. Rio de Janeiro, Editora Revan.

Associação Portuguesa de Criminologia. (2013). *I Congresso Português de Criminologia*. Vila do Conde, Associação Portuguesa de Criminologia.

Baptista, S. (2014). Parentalidade Positiva. [Em linha]. Disponível em <<http://www.maemequer.pt/desenvolvimento-infantil/desenvolvimento-fase-a-fase/parentalidade-positiva/praticar-parentalidade-positiva>>. [Consultado em 01/05/2015].

Barbosa, A. (2012). A Relação e a Comunicação Interpessoais entre o Supervisor Pedagógico e o Aluno Estagiário. [Em linha]. Disponível em <<http://comum.rcaap.pt/bitstream/123456789/2472/1/AnaMariaBarbosa.pdf>>. [Consultado em 5/05/2015].

Barradas, D. (2013). Meninos especiais, pais diferentes: Educação de Adultos e Cidadania. [Em linha]. Disponível em <[https://sapientia.ualg.pt/bitstream/10400.1/3532/1/tese%20final\\_total.pdf](https://sapientia.ualg.pt/bitstream/10400.1/3532/1/tese%20final_total.pdf)>. [Consultado em 5/05/2015].

Barros, P. e Silva, F. (2006). Origem e manutenção do comportamento agressivo na infância e adolescência. *Revista Brasileira de Terapias Cógicas*, 2(1), pp. 55-66.

Barroso, R. e Machado. C. (2010). Definições, dimensões e determinantes da parentalidade. *Psychologia*, 1(52), pp. 211-229.

Beato, A. (2008). Adolescer entre relações: parentalidade, amizade e amorosidade: que contributos na transição para a idade adulta?. [Em linha]. Disponível em <<http://repositorio.ul.pt/handle/10451/726>>. [Consultado em 28/04/2015].

Borges, I. (2010). Qualidade da parentalidade e bem – estar da criança. [Em linha]. Disponível em < <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/15564/1/ana.pdf>>. [Consultado em 8/05/2015].

Braz, P. (2008). Um olhar sobre a parentalidade (estilos parentais e aliança parental) à luz das transformações sociais actuais. [Em linha]. Disponível em < [http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/743/1/17380\\_Tese\\_de\\_Mestrado\\_Patricia\\_Bras.pdf](http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/743/1/17380_Tese_de_Mestrado_Patricia_Bras.pdf)>. [Consultado em 25/04/2015].

Camilo, C. e Garrido, M. (2013). Desenho e avaliação de programas de desenvolvimento de competências parentais para pais negligentes: uma revisão e reflexão. *Análise Psicológica*, 3(31), pp. 245-268.

Campos, D e Cruz, O. (2011). Questionário de Estilos Parentais (QEP) revisitado. [Em linha]. Disponível em <<http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/57265>>. [Consultado em 17/04/2015].

Carneiro, R., e Oliveira, M. (2013). Um estudo da relação entre estilos parentais e habilidades sociais. *Revista Augustus*, 18(36), pp. 57-68.

Carvalho, A. (2011). Análise dos factores que levam os jovens a delinquir. [Em linha]. Disponível em <<http://www.psicologianaactualidade.com/upload/Tese%20reformulada%20Final.pdf>>. [Consultado em 5/05/2015].

Conti, L. (2013). 4 passos para um diálogo efetivo com os filhos. [Em linha]. Disponível em <<http://educarparacrescer.abril.com.br/comportamento/4-passos-dialogo-efetivo-filhos-739409.shtml>>. [Consultado em 09/05/2015].

Convenção sobre os Direitos das Crianças. (1989). [Em linha]. Disponível em <[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/convidir\\_crianca.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/convidir_crianca.pdf)>. [Consultado em 10/03/2015].

Coutinho, M. (2004). Apoio à família e formação parental. *Análise Psicológica*, 1(22), pp. 55-64.

Cruz, M. (2011). Relação de vinculação, práticas educativas e ajustamento emocional na díade pais-filhos. [Em linha]. Disponível em <[http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/1700/Dissertacao%20%20Monica%20Susana%20Antunes%20da%20Cruz%20\(2011\).pdf?sequence=1](http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/1700/Dissertacao%20%20Monica%20Susana%20Antunes%20da%20Cruz%20(2011).pdf?sequence=1)>. [Consultado em 15/04/2015].

Cruz, O. (2005). *Parentalidade*. Coimbra, Quarteto.

Cury, A. (2004). *Pais Brilhantes, professores fascinantes*. Rio de Janeiro, Pergaminho.

Cusson, M. (2011). *Criminologia*. Cruz Quebrada, Casa das Letras.

Dias, M. (2012). Fatores de risco na delinquência juvenil: O grupo de pares, a impulsividade e o consumo de drogas. [Em linha]. Disponível em <<http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/67771>>. [Consultado em 1/06/2015].

Eduardo Vaz Home Page. (2015). [Em linha]. Disponível em <<http://criminologia-aplicada.com.br/finalidade-da-criminologia/>>. [Consultado em 1/06/2015].

Fernandes, J. (2009). Funcionamento familiar e comportamento anti-social e delinvente. [Em linha]. Disponível em <<http://repositorio.ismt.pt/bitstream/123456789/262/1/Documentos%20não%20paginados.pdf>>. [Consultado em 08/06/2015].

Fortin, M, F. (2009). *Fundamentos e Etapas do Processo de Investigação*. Loures, Lusodidacta.

Fusté, E. et al., (1989). *Educação Sexual e Função Educativa da Família*. Lisboa, Editorial Verbo.

Gomes, R. (2013). Diminuindo a Delinquência Juvenil – um Programa de Prevenção

Comunitária. [Em linha]. Disponível em <<http://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/4152/1/MONOGRAFIA%20FINAL.pdf>>.

[Consultado em 16/05/2025].

Jornal de Notícias. (2006). *Criminologia pela primeira vez*. Porto. Jornal de Notícias.

Lima, N, J. (2014). *Manual de Criminologia*. Brasil, Juspodivm.

Lopes, M. et al., (2010). Parentalidade positiva e enfermagem: revisão sistemática da literatura. *Referencia*, 3(1), pp. 109-118.

Magalhães, S. (2011). A vivência de transições na parentalidade face ao evento hospitalização da criança. [Em linha]. Disponível em <<http://comum.rcaap.pt/bitstream/123456789/1784/1/Dissertação.pdf>>. [Consultado em 19/05/2015].

Magalhães, T. (2002). *Maus Tratos em Crianças e Jovens*. Coimbra, Quarteto Editora.

Marques, A. (2012). Comportamentos antissociais e fatores de risco da delinquência juvenil: caracterização de uma escola. [Em linha]. Disponível em <[http://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/3519/3/T\\_aanaisa.pdf](http://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/3519/3/T_aanaisa.pdf)>. [Consultado em 19/05/2015].

Martins, C. (2013). Transição no exercício da parentalidade durante o primeiro ano de vida da criança: uma teoria explicativa de enfermagem. [Em linha]. Disponível em <[http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/9420/1/ulsd066671\\_td\\_Cristina\\_Martins.pdf](http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/9420/1/ulsd066671_td_Cristina_Martins.pdf)>. [Consultado em 16/04/2015].

Mondim, E. (2008). Práticas educativas parentais e seus efeitos na criação dos filhos. *Psicol. Argum*, 26(54), pp. 233-244.

Nardi, F. e Aglio, D. Delinquência juvenil: uma revisão teórica. [Em linha]. Disponível em <<http://www.redalyc.org/pdf/798/79819279007.pdf>>. [Consultado em 28/05/2015]

Newman, K. et al., (2008). Relationships between parenting styles and risk behaviors in adolescent health: an integrative literature review. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 16(1), pp. 142-150.

Nunes, L. e Trindade, J. (2013). *Criminologia: trajetórias transgressivas*. Porto Alegre, Livraria do Advogado Editora.

Oliveira, J. (2002). *Psicologia da família*. Lisboa, Universidade aberta. Parentalidade. *Psychologia*, 1(52), pp. 211-229.

Patrício, S. (2011). Promoção da parentalidade positiva. [Em linha]. Disponível em <<http://repositorio.ucp.pt/handle/10400.14/9582>>. [Consultado em 25/05/2015].

Pereira, D. e Alarcão, M. (2014). Parentalidade Minimamente Adequada: contributos para a operacionalização do conceito. *Análise Psicológica*, 2(32), pp. 157-171.

Pimentel, A. (2012). Famílias acompanhadas na comissão de protecção de crianças e jovens (cpcj) de Valongo no ano de 2010: caracterização sociodemográfica, problemáticas e medidas aplicadas. [Em linha]. Disponível em <<http://repositorio.ucp.pt/handle/10400.14/9296>>. [Consultado em 25/05/2015].

Quingostas, A. (2011). Um programa de educação/treino parental: parentalidade positiva: pais atentos pais presentes. [Em linha]. Disponível em <<https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/3690>>. [Consultado em 18/04/2015].

Ribeiro, C. (2014). Coparentalidade, Parentalidade e Sintomas de Externalização e Internalização em Crianças em Idade Pré-Escolar. [Em linha]. Disponível em <<http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/5879/tese%20final.pdf?sequence=1>>. [Consultado em 09/06/2015].

Santos, J. et al., (1996). *A Educação da Criança: problemas quotidianos*. Lisboa, Circulo de Leitores.

Serafim, F. (2007). Promoção do bem estar global na população sénior. [Em linha]. Disponível em <<https://sapientia.ualg.pt/bitstream/10400.1/659/24/CAPA.pdf>>. [Consultado em em 14/05/2015].

Simões, S. (2011). Influência dos estilos educativos parentais na qualidade da vinculação de crianças em idade escolar em diferentes tipos de família. [Em linha]. Disponível em <<http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/56783/2/Tese%20PhD%20Sonia%20Simoes.pdf>>. [Consultado em 9/06/2015].

Soares, H. (2008). O acompanhamento da família no seu processo de adaptação e exercício da parentalidade: intervenção de enfermagem. [Em linha]. Disponível em <<http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/7175/2/Tese%20Mestrado%20Hlia.pdf>>. [Consultado em 25/05/02015].

Sprinthall, N. e Collins, W. (2008). *Psicologia do adolescente*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

Teixeira, R. (2014). Família: um lugar de afetos. *Zero-a-seis*, 16(30). [Em linha]. Disponível em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/zerosseis/article/view/1980-4512.2014n30p153>>. [Consultado em 8/05/2015].

Telles, T. et al., (2006). Criminalidade juvenil: a vulnerabilidade dos adolescentes. *Revista de Psicologia da UNESP*, 25(1). [Em linha]. Disponível em <http://www2.assis.unesp.br/revpsico/index.php/revista/article/viewArticle/42/79>. [Consultado em 08/06/2015].

Xavier, J. et al., (2013). Educação para a parentalidade positiva em contextos inclusivos: o grupo laços de inclusão. [Em linha]. Disponível em <<http://repositorio.uma.pt/handle/10400.13/507>>. [Consultado em 28/04/2015].

# **Anexos**

## **Anexo 1**

**Pedido de autorização à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Maia para a realização do estudo**



**Universidade Fernando Pessoa**

www.ufp.pt

Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Maia

Rua Doutor Carlos Felgueiras, 265

4470-157 Maia - Portugal

Telef. 229 490 333

Fax 229 490 333

Porto, 14 de Junho de 2015

**Assunto:** Solicitação de Autorização para a realização de um estudo na Associação de Solidariedade Social Mouta Azenha Nova.

Exmo(a) Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Maia,

O meu nome é Jéssica Corvo, aluna da licenciatura de Criminologia da Universidade Fernando Pessoa, no Porto, que se encontra de momento a realizar o Projeto de Graduação, sob a orientação do Professor Doutor Pedro Cunha.

Relativamente ao assunto em referência, venho por este meio solicitar a V. Ex.<sup>a</sup> a autorização para poder realizar um estudo recorrendo a um inquérito por questionário junto de três grupos de pais que possuem processo em sede de promoção e proteção tendo sido encaminhados por esta instituição para frequentar um programa de competências parentais promovido pela Associação de Solidariedade Social Mouta Azenha Nova (ASMAN).

O referido estudo tem como objetivo caracterizar o fenómeno da parentalidade nestes grupos de pais, através da identificação do tipo de práticas parentais existentes entre pais e filhos. De uma forma mais específica, pretende-se perceber a relação existente entre estes pais e os seus filhos, bem como o tipo de práticas parentais adotadas por estes pais e o envolvimento dos seus filhos em condutas de risco.

Importa salientar que estes pais não necessitam de colocar a sua identificação, os questionários são anónimos e confidenciais.

Assim sendo, solicita-se que seja concedida a autorização para efetuar o referido estudo.

Com os melhores cumprimentos e grata pela sua atenção,

Jéssica Corvo

**Anexo II**

**Pedido de autorização à Associação de Solidariedade Social Mouta Azenha Nova  
(ASMAN)**



**Universidade Fernando Pessoa**  
www.ufp.pt

Associação de Solidariedade Social  
Mouta Azenha Nova  
Rua Heróis do Ultramar, 4470  
4470-057 Gueifães - Maia - Portugal  
Telef. 22 903 94 48  
Fax 22 960 72 22

Porto, 14 de Junho de 2015

**Assunto:** Solicitação de Autorização para a realização de um estudo na Associação de Solidariedade Social Mouta Azenha Nova.

O meu nome é Jéssica Corvo, aluna da licenciatura de Criminologia da Universidade Fernando Pessoa, no Porto, que se encontra de momento a realizar o Projeto de Graduação, sob a orientação do Professor Doutor Pedro Cunha.

Relativamente ao assunto em referência, venho por este meio solicitar a V. Ex.<sup>a</sup> que autorize a realização de um estudo na entidade supramencionada.

O estudo consiste na realização de um inquérito por questionário junto de três grupos de pais que se encontram de momento integrados no programa de competências parentais promovido pela Associação supracitada e que decorre no espaço da mesma.

O referido estudo tem como objetivo caracterizar o fenómeno da parentalidade nestes grupos de pais, através da identificação do tipo de práticas parentais existentes entre pais e filhos. De uma forma mais específica, pretende-se perceber a relação existente entre estes pais e os seus filhos, bem como o tipo de práticas parentais adotadas por estes pais e o envolvimento dos seus filhos em condutas de risco.

Importa salientar que estes pais não necessitam de colocar a sua identificação, os questionários são anónimos e confidenciais.

Solicito que me seja concedida autorização para efetuar este estudo nas instalações da Associação Mouta Azenha Nova.

Com os melhores cumprimentos e grata pela sua atenção,

Jéssica Corvo

### **Anexo III**

**Questionário relativo ao fenómeno da parentalidade e o envolvimento dos adolescentes em condutas de risco**

**Inquérito por questionário sobre o fenómeno da parentalidade e o envolvimento dos adolescentes em condutas de risco**

No âmbito da Licenciatura de Criminologia na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa, pretende-se proceder à recolha de informação relativamente às **práticas parentais utilizadas, o tipo de relação existente entre pais e filhos e a sua associação com o envolvimento dos adolescentes em condutas de risco.**

**INSTRUÇÕES:**

Encontram-se de seguida um conjunto de questões relativas à qualidade parental e ao desenvolvimento da adolescência dos jovens. Pede-se que **leia atentamente** essas questões e exprima a sua **sincera opinião** relativamente a cada uma delas. Não existem respostas certas ou erradas. A sua opinião é o mais importante. Por favor, tente responder de acordo com o que acontece no seu caso e não como acha que deveria ser.

Responda a cada questão o **mais sinceramente** possível, colocando um (X) na opção que mais identifique a sua situação. Assegure-se que respondeu a todas as questões, devendo optar apenas por **uma das hipóteses apresentadas.**

**As respostas a este questionário são absolutamente anónimas.**

**Obrigada pela sua colaboração!**

**DADOS PESSOAIS**

**Idade:** \_\_\_\_\_

**Sexo:** F  M

**Estado Civil:** Solteiro(a)

Casado (a)/União de facto

Divorciado (a)/Separado(a)

Viúvo(a)

**Profissão:** \_\_\_\_\_

**Habilitações literárias:** Sem escolaridade  1ºCiclo  2ºCiclo  3ºCiclo

12ºAno  Ensino superior  Outro  Qual? \_\_\_\_\_

**Situação profissional:** Desempregado  Contratado  Efetivo

Outro  Qual? \_\_\_\_\_

### **DADOS FAMILIARES**

**Número de filhos:** \_\_\_\_\_ **Idades:** \_\_\_\_\_ anos

**Número de pessoas do agregado familiar:** \_\_\_\_\_

#### **1. Quanto tempo passa no fim de semana em interação com o(s) seu(s) filho(s)?**

Até 1Hora  Entre 1 e 2 Horas  Entre 2 e 3 Horas  Mais de 3 Horas

#### **2. Possui algum apoio familiar que ajude a cuidar do(s) seu(s) filhos?**

Avós  Tios  Padrinhos  Nenhum

Outro  Qual? \_\_\_\_\_

#### **3. Na sua casa existe uma partilha de responsabilidades pelos vários elementos da família?**

Sempre  Quase sempre  Às vezes  Nunca

#### **4. Em sua casa existe dificuldade em fazer coisas em conjunto, como família?**

Sempre  Quase sempre  Às vezes  Nunca

#### **5. Quando é preciso resolver problemas familiares a opinião do(s) seu(s) filho(s) é tida em conta?**

Sempre  Quase sempre  Às vezes  Nunca

#### **6. Conversa com o(s) seu(s) filho(s) sobre o seu dia-a-dia e os acontecimentos da escola?**

Sempre  Quase sempre  Às vezes  Nunca

#### **7. Com que frequência acompanha o(s) seu(s) filho(s) nos seus trabalhos da escola?**

Sempre  Quase sempre  Às vezes  Nunca

**8. Elogia o(s) seu(s) filho(s) quando este(s) manifesta(m) comportamentos e atitudes positivas?**

Sempre  Quase sempre  Às vezes  Nunca

**9. Estraga com mimos o(s) seu(s) filho(s) com a necessidade de ser uma boa mãe/um bom pai?**

Sim  Não

**10. Costuma estar atento às alterações de atitude e comportamento do(s) seu(s) filho(s)?**

Sempre  Quase sempre  Às vezes  Nunca

**11. Com que frequência diz “Não” ao(s) seu(s) filho(s)?**

Muitas vezes  Às vezes  Poucas vezes  Nunca

**12. Quando repreende o(s) seu(s) filho(s) qual a forma que mais utiliza para o fazer?**

Gritar/Falar em tom de voz alta  Bater  Dialogar  Recorrer a insultos ou  
palavrões  Repreender  Castigar

**13. Tem por hábito usar castigos físicos como forma de disciplinar o(s) seu(s) filho(s)?**

Sim  Não

**14. Se sim, com que frequência?**

Muitas vezes  Às vezes  Poucas vezes  Nunca

**15. Já bateu no seu filho em público (supermercados, escola, rua, etc)?**

Muitas vezes  Às vezes  Poucas vezes  Nunca

**16. Na sua casa existe o hábito frequente de consumir álcool ou outro tipo de substâncias como por exemplo o tabaco?**

Sim  Não

**17. Se respondeu sim, com que frequência?**

Sempre  Frequentemente  Às vezes  Nunca

**18. Tem conhecimento que o(s) seu(s) filho(s) já tenha/am iniciado o consumo de tabaco, álcool ou outras drogas?**

Sim  Não

**19. O(s) seu(s) filho(s) costuma(m) pedir-lhe autorização para sair de casa (ir ter com os amigos, ir a festas, ir às compras, cinema, etc)?**

Sempre  Frequentemente  Às vezes  Nunca

**20. Se respondeu sim, nessas situações impõe-lhe um horário para ele(s) estar(em) em casa?**

Sim  Não

**21. Tem conhecimento que o(s) seu(s) filho(s) esteja(m) envolvido(s) e pertença(m) a um grupo conflituoso que arma confusões e se meta em brigas?**

Sim  Não

**22. Se sim, é frequente o uso de armas (faca ou canivete) durante as brigas?**

Sempre  Frequentemente  Às vezes  Nunca

**23. O(s) seu(s) filho(s) neste momento frequenta(m) a escola?**

Sim  Não

**Se sim, responda às duas questões seguintes.**

**24. Ele(s) tem(êm) por hábito chegar atrasado(s)?**

Sempre  Frequentemente  Às vezes  Nunca

**25. Como classificaria o seu rendimento escolar?**

Insuficiente  Suficiente  Bom  Muito Bom

**26. O(s) seu filho(s) tem(êm) por hábito enganá-lo/a e mentir-lhe relativamente a situações escolares ou outras?**

Sempre  Frequentemente  Às vezes  Nunca

**27. O(s) seu filho(s) costuma negar-se a fazer as tarefas solicitadas (no trabalho, na escola ou em casa)?**

Sempre  Frequentemente  Às vezes  Nunca

**28. O(s) seu(s) filho(s) tem(êm) por hábito responder mal a um superior ou autoridade (no trabalho, na escola ou na rua)?**

Sempre  Frequentemente  Às vezes  Nunca

**29. Sente dificuldade em lidar com certas atitudes/reações e comportamentos do(s) seu(s) filho(s)?**

Sempre  Frequentemente  Às vezes  Nunca

**30. Nos dias que decorrem acha que é difícil ser pai/mãe?**

Sim  Não

**31. Na sua opinião, considera pertinente a existência de um maior apoio junto de profissionais para a promoção de uma parentalidade positiva bem como para a prevenção de condutas de risco nos jovens como o(s) seus filho(s)?**

Sim  Não

**Obrigada pela sua colaboração!**